ENCARTE ESPECIAL - CIMI 40 ANOS A HISTÓRIA DO CIMI REGIONAL MARANHÃO

Páginas 5 e 6

ISSN 0102-0625

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXV • Nº 347 • Brasília-DF • Agosto de 2012 – R$ 5,00

## KRENAK
## O presídio indígena da Ditadura Militar

O "reformatório" Krenak começou a funcionar em 1969, em Minas Gerais. O projeto representou a face da repressão militar voltada aos povos originários. Para lá os indígenas eram levados, onde permaneciam presos, eram torturados e condenados a trabalhos forçados. Muitos desapareceram e quem sobreviveu lembra um tempo que agora a Comissão da Verdade pretende revisitar. Páginas 8 e 9

Prédio onde funcionava o reformatório Krenak e família indígena detida nas instalações. — Fotos: André Campos e Arquivo Cimi

**Portaria 303: resistência continua com protestos indígenas pela revogação da medida**

Páginas 3 e 4

**Guarani Kaiowá e Nhandeva seguem com retomadas na região mais violenta do MS**

Páginas 12 e 13

Artigo

# União distante de uma sociedade pluralista

**Marco Antonio Delfino de Almeida e Kenarik Boujikian Felippe***
*Associação Juízes para a Democracia (AJD)*

A Constituição Federal de 1988 é marco fundamental do direito dos povos indígenas, protagonistas das conquistas nela estabelecidas, com o acolhimento do princípio da diversidade e alteridade, consagrando o direito congênito às terras tradicionais.

Mas o mapa de violência contra estes povos remete ao alerta do professor Dalmo Dallari: "O tratamento que vem sendo dado aos índios brasileiros, as agressões às suas pessoas e comunidades, as invasões mais ostensivas e atrevidas de suas terras, as ofensas frequentes, toleradas ou mesmo apoiadas por autoridades públicas, atingindo a dignidade humana do índio e outros de seus direitos fundamentais, tudo isso mostra a necessidade de um despertar de consciências. Do ponto de vista jurídico, é absolutamente necessário que as autoridades competentes para os assuntos relacionados com os direitos dos índios e de suas comunidades exerçam, efetivamente, suas atribuições legais, pois além das ações arbitrárias os índios estão sendo vítimas de omissões das autoridades".

O fato é que a violação domina a conduta de diversas autoridades de Estado e uma das faces da intolerância é a portaria 303 editada pela Advocacia Geral da União (AGU), órgão que representa a União e que assessora juridicamente o Poder Executivo. A ementa da portaria diz que ela "dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas", mas na verdade, passada a leitura da ementa, o que se tem é o revés, seus propósitos são outros: restringir os direitos constitucionais dos índios, desrespeitando a essência da convivência democrática que se reconhece no outro, e cujos direitos devem ser defendidos e não atacados. Distancia-se da concepção do Brasil como uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, como se estas fossem um punhado de palavras, dispostas aleatoriamente na Constituição Federal.

O artigo 231 da Constituição reconhece a organização social dos índios, seus costumes, línguas, crenças e tradições. Obriga a União a proteger e respeitar todos os seus bens, mas na visão da AGU este deve ser mero "favor" constitucional, pois a portaria afasta expressas determinações constitucionais relativas ao usufruto dos recursos naturais das terras indígenas; em relação à necessidade de consulta às populações indígenas para aproveitamento de recursos hídricos e para a pesquisa e lavra das riquezas minerais.

Traz conceito minorante de terras indígenas, à revelia da norma constitucional. E, como se não bastasse, quer determinar a retroação para afetar os procedimentos finalizados, o que demonstra que para a AGU o direito adquirido e ato jurídico perfeito, inscritos no rol de direitos fundamentais, não se aplicam aos indígenas - se os favorece. Afronta tratados internacionais, especialmente, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Mais, em verdadeiro desatino, quer que as condicionantes indicadas por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento "Raposa Serra do Sol", sejam transportadas para todas as demarcações, entretanto elas se referem tão somente a este julgado e não poderia ser de outra forma, pois, além de tudo, o ponto fulcral deste processo era a demarcação integral ou em ilhas.

A Constituição estabeleceu o prazo de cinco anos, pós 1988, para que as demarcações fossem realizadas, mas apenas 1/3 das terras foram demarcadas até agora e há processos paralisados há décadas nos tribunais, o que apenas aguça os conflitos que se retroalimentam da inoperância dos poderes da República. A presteza constitucional tinha a finalidade de construir, no prazo razoável que fincou para as demarcações, um país verdadeiramente democrático e plural, mas a depender da portaria, estaremos retrocedendo ao tempo do descobrimento.

A portaria 303 foi suspensa até a votação das condicionantes de Raposa Serra do Sol, sem data definida pelos ministros do STF. Espera-se que uma breve reflexão à luz da Carta Magna, da história indígena, da nossa história, faça com que seja revogada, para que a trágica história de espoliação e violência tenha um fim.

Os povos indígenas não podem esperar mais.

**Marco Antonio é Procurador da República e especialista em Direito Constitucional; Kenarik é desembargadora no Tribunal de Justiça de São Paulo e co-fundadora da AJD.*

**MARIOSAN**

## Porantinadas

### Falta água, falta tudo

A Casa de Saúde Indígena (Casai) de Aragarças, Goiás, é o retrato da sabotagem a qual é submetida a saúde dos índios brasileiros: falta até água na sede do pólo de assistência. O Ministério Público Federal (MPF) de Goiás e Mato Grosso atuaram em conjunto para reverter o quadro. Falta, sobretudo, vergonha na cara dos gestores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A crise na saúde indígena é generalizada.

### Quando a esmola é demais...

A redução das tarifas de energia elétrica foi anunciada pela presidenta Dilma Rousseff em cadeia nacional de televisão. Os brasileiros pagam uma das tarifas mais caras do mundo. A notícia é boa, mas ao tratarmos de Dilma a medida tem uma razão, assumida pelo governo: para termos a tarifa mais barata, o governo federal terá de construir mais usinas hidrelétricas, entre elas Belo Monte, no Pará. Os parlamentares não são os únicos suscetíveis a serem 'comprados' por quem está no poder.

### Romero Jucá em pele de cordeiro

Ele já esteve ao lado dos militares. Depois ele esteve com José Sarney e pulou para o colo dos neoliberais e agora dos petistas. O senador Romero Jucá (PMDB/RR) sempre foi um oportunista de plantão e nessa trilha sempre esteve de olho nas terras indígenas. No último período ele tentou novamente convencer os seus pares a votar o Projeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas. O desejo da raposa é antigo: liberdade para que a empresa de mineração da filha explore nove áreas de minérios em terras indígenas. Para variar, o senador declarou que a lei fará bem ao Brasil e não ao seu clã.

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA
ISSN 0102-0625
Edição fechada em 16/10/2012
Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
APOIADORES
caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
Presidente do Cimi

Emília Altini
Vice-Presidente do Cimi

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi

Renato Santana
Editor - RP: 57074/SP

CONSELHO DE REDAÇÃO
Antônio C. Queiroz, Benedito Prezia, Egon D. Heck, Nello Ruffaldi, Paulo Guimarães, Paulo Suess, Marcy Picanço, Saulo Feitosa, Roberto Liebgot, Elizabeth Amarante Rondon e Lúcia Helena Rangel

REPORTAGEM:
Ruy Sposati (MS) e J. Rosha (AM)
Luana Luizy - Estagiária
ADMINISTRAÇÃO:
Marline Dassoler Buzatto
SELEÇÃO DE FOTOS:
Aida Cruz
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:
Licurgo S. Botelho (61) 3034-6279
IMPRESSÃO:
Gráfica Teixeira (61) 3336-4040

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
editor.porantim@cimi.org.br
www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920, Cartório do 2º Ofício de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:
Ass. anual: R$ 60,00
Ass. de apoio: R$ 80,00
Ass. dois anos: R$ 100,00
América latina: US$ 50,00
Outros Países: US$ 70,00

*Permitimos a reprodução de nossas matérias e artigos, desde que citada a fonte. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.*

Foto: Cimi Regional Mato Grosso

Foto: Rosimeire Diniz/Cimi Regional Maranhão

*As manifestações indígenas se estenderam por todo o país. A reivindicação era uma só: revogação imediata da Portaria 303. Nas fotos, protestos em Brasília de indígenas do Tocantins, trancamento de rodovia no Maranhão e Mato Grosso*

# Vice-Procuradora Geral da República repudia Portaria 303

***Luana Luizy e Ruy Sposati***
*de Brasília*

Durante audiência na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) a vice-procuradora geral da República Deborah Duprat manifestou ao movimento indígena repudio a Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU). "Caso não ocorra uma reação forte contra toda essa conspiração a situação vai piorar", alertou Deborah.

A vice-procuradora afirmou que sob pressão da Anistia Internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou como imprescindível a consulta prévia e informada aos povos indígenas afetados por qualquer empreendimento e que, portanto, deve ser um consenso.

"O problema é que todos estes atos administrativos já estão surtindo efeito na prática, todos estão utilizando estes atos contra nós. A minha preocupação é que desde que saiu essas condicionantes, as propostas legislativas estão sendo baseadas nelas para entrar em nossas terras", afirma Rosane Kaingang.

Para a vice-procuradora, as lideranças indígenas denunciam que a Portraia 303 foi articulada nos bastidores. Além disso, já teria sido pautada entre a AGU e o Ministério da Justiça, pois caso contrário não haveria um artigo fazendo referência a uma possível regulamentação via ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

## Protestos e Belo Monte

O movimento indígena realizou protestos por todo o país no último período. Indígenas de Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul se mobilizaram contra a Portaria 303, exigindo a revogação. A construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte também no foco dos protestos. As ações aconteceram na sede da Advocacia Geral da União (AGU) e no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Já em Mato Grosso, cerca de 400 indígenas bloquearam duas rodovias federais.

Os indígenas pediram ao ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que mantivesse a decisão unânime dos desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em suspender a licença de instalação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará. O que não ocorreu e as obras puderam ser retomadas.

Apesar da Procuradoria Geral da República (PGR) ter emitido parecer ao STF para que as obras de Belo Monte permaneçam paradas, Britto decidiu contrariamente, liberando novamente as obras da usina. Para os desembargadores do TRF-1, a licença de instalação não atende a determinação da consulta prévia e informada às comunidades impactadas direta ou indiretamente pela usina - conforme manda a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Portaria 303 determina, entre outras medidas, que as terras indígenas podem ser ocupadas por empreendimentos hidrelétricos e minerais de cunho estratégico sem consulta aos povos. As irregularidades e ilegalidades apresentadas na construção de Belo Monte, então, podem ser legalizadas. Dessa forma, a AGU desconstrói o direito constitucional indígena de usufruto exclusivo da terra de ocupação tradicional e de consulta prévia e informada.

Foto: Ruy Sposati/Cimi

## Portas fechadas

Cerca de 60 lideranças indígenas chegaram a ir ao prédio da AGU para entregar um manifesto contra a Portaria 303, mas não foram recebidas por ninguém da instituição, que fechou suas portas quando o grupo chegou. Por conta disso, os indígenas cercaram a sede da AGU, até que fossem recebidos.

"Por que fecharam a porta na gente? Por que não queriam receber a gente? Por que o Luiz Inácio [Adams] não está aqui?", questionou o indígena José Apinajé, em função do advogado Geral da União, ministro Luiz Inácio Adams, não os ter recebido. Os indígenas esperaram, no entanto, por cerca de duas horas. «Me senti envergonhado por não ter sido recebido. Por que os vidros ficaram fechados para a gente?», seguiu perguntando José Apinajé.

A AGU recebeu a comitiva depois da Polícia Militar e de um funcionário da Secretaria Geral da Presidência da República ter mediado uma reunião no refeitório com o procurador Geral da Funai e o advogado Geral da União substituto. Além deles, participaram do

➔

encontro com os indígenas um ouvidor e um assessor do órgão indigenista estatal.

"Nós estamos aqui para vocês rasgarem essa Portaria", disse a liderança Elói Xerente. "Os doutores nos fazem de cachorros. Por isso inventaram essa portaria. Sem falar com nenhuma nação, nem com Funai", reclamou. "Essa portaria vai acabar com todos os índios do Brasil", denunciou. "Para quê a Portaria? Quer tomar terra? Sujar a água? Botar fazenda para matar a gente? Para plantar soja? Plantar cana?", lamentou Maria Krahô.

"O que vocês estão propondo é a morte do nosso futuro. Essa portaria é muito grave pra nós que somos indígenas, que vivemos na natureza. Nós queremos falar com ele [Adams] pessoalmente. Se ele criou, se ele assinou a Portaria, por que não vai nos ouvir?", explicou Maria Krahô.

Participaram da manifestação na AGU 11 etnias: Guarani Kaiowá, Xerente, Apinajé, Javaé, Krahô, Krahô-Kanela, Xavante, Kanela, Krikati, Tapuia, Ava-Canoeiro e Karajá de Xambioá.

### Mato Grosso

Indígenas das etnias Paresi, Bororo, Umutina, Nambikwara, Chiquitano, Manoki, Bakairi, Mỹky, Nambikwara, Rikbaktsa, Cinta-Larga, Arara e Enawenê Nawê bloquearam as rodovias federais 174 e 364, próximas aos municípios de Comodoro e Cuiabá, Mato Grosso, durante três dias pela revogação da Portaria 303.

Foto: Renato Santana/Cimi

Foto: Ruy Sposati/Cimi

*Durante audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado geral da União, Sônia Guajajara da Coiab rasgou a Portaria 303.*

*Os caciques Babau Tupinambá (BA) e Lindomar Terena (MS), junto com Kleber Apurinã (AM) durante protesto na AGU*

A BR-364, na Serra de São Vicente, que dá acesso ao município de Cuiabá, os povos envolvidos foram os Haliti Paresi, Bororo, Umutina, Nambikwara, Chiquitano, Manoki, Bakairi e Mỹky. Na BR-174, região de Comodoro, na divisa com Rondônia, a 644 km de Cuiabá, os povos Nambikwara, Rikbaktsa, Cinta-Larga, Arara e Enawenê Nawê iniciaram o bloqueio por volta das três horas da madrugada.

"Exigimos a revogação da Portaria 303, também da PEC 215 (Proposta de Emenda à Constituição que tem o propósito de transferir para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação das terras indígenas) e o decreto de reestruturação da Funai, mas nosso alvo principal é a Portaria 303, pois ela fere o direito dos povos indígenas", afirma Sônia Haliti Paresi.

Aproximadamente 400 indígenas permaneceram em cada rodovia. Somente ambulâncias e carros oficiais estiveram autorizados a passar pelos trechos.

## Efeitos da Portaria 303

A portaria pretende estender as condicionantes apresentadas no voto do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Menezes de Direito na Ação Judicial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol para as demais terras indígenas. No entanto, os ministros da Suprema Corte ainda não votaram os embargos de declaração dessas condicionantes, ou seja, nada está definido.

Além da Portaria 303 ser justificada em decisões ainda não tomadas, juristas como Dalmo Dallari apontam "flagrante inconstitucionalidade" na medida. Setores do governo foram constrangidos, inclusive. Durante o contexto de publicação da medida, a presidente da Funai, Marta Azevedo, revelou estar sendo pressionada. Para o movimento indígena e indigenista isso ocorreu justamente pelos interesses e interessados que articularam a iniciativa da AGU.

Isso porque a Portaria 303 determina, entre outras medidas, que as terras indígenas podem ser ocupadas por unidades, postos e demais intervenções militares, malhas viárias, empreendimentos hidrelétricos e minerais de cunho estratégico, sem consulta aos povos. Por um mero instrumento, a AGU desconstrói o direito constitucional indígena de usufruto exclusivo da terra de ocupação tradicional.

Desconsidera, assim, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2004. Para os indígenas, o governo federal é cínico ao não revogar a portaria, publicada no momento em que os povos indígenas são chamados para "dialogar" sobre a promoção e a proteção dos direitos indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e para regulamentar a Convenção 169. ■

# CNBB: Em defesa dos direitos dos povos indígenas

*"Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância"*
*(Jo 10,10)*

O Conselho Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília de 28 a 30 de agosto de 2012, solidário aos povos indígenas ameaçados em seus direitos, vem manifestar sua preocupação e discordância em relação à Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), prevista para entrar em vigor no próximo dia 24 de setembro.

Juntamente com o Projeto de Lei 1610/1996 e as Propostas de Emendas Constitucionais 215/00 e 038/1999, que tramitam, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esta Portaria reflete uma política que beneficia diretamente os interesses de terceiros sobre as terras dos indígenas e das comunidades tradicionais e camponesas. É, portanto, uma violência contra esses povos e uma ameaça à sua vida!

Com a Portaria 303, a AGU dificulta os processos de reconhecimento e demarcação dos territórios tradicionais, facilitando a exploração, especialmente dos recursos hídricos e minerais das terras já demarcadas e desrespeitando o direito de consulta aos povos. Favorece, além disso, a desconstrução da legalidade dos direitos dos povos indígenas e a legitimação da ilegalidade do esbulho das suas terras. Por meio deste instrumento, a AGU ignora o artigo 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Equivoca-se a AGU ao respaldar a Portaria nas "Condicionantes" estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Petição 3388, relativo à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma vez que resta, ainda, aos Ministros da Corte Suprema a apreciação de Embargos de Declaração. As "Condicionantes" não possuem efeito vinculante e, portanto, não se aplicam às demais terras indígenas do país, nem tão pouco, pode a sua aplicação ser retroativa.

A Portaria significa um vilipêndio ao direito irreparável dos irmãos indígenas, posto que quando o Estado Nacional foi instituído essas populações já viviam em terras brasileiras. Pode, além disso, ampliar ainda mais a violência contra os povos indígenas no país que, só neste ano, já tiveram 30 de suas lideranças assassinadas. Sua manutenção fará aumentar a vergonhosa dívida social que o Brasil acumulou com os indígenas ao longo de sua história.

Apelamos, portanto, ao Governo Federal e à AGU que revoguem a Portaria 303, eliminando, assim, a iminente injustiça que se cometerá contra os povos indígenas caso entre em vigor.

A hora é de reparar erros e evitar mortes! Deus, Senhor de todos os povos, nos inspire nos caminhos da vida, da justiça e da paz!

Brasília, 30 de agosto de 2012

**Dom Raymundo Damasceno Assis**
*Arcebispo de Aparecida*
*Presidente da CNBB*

**Dom José Belisário da Silva**
*Arcebispo de São Luís*
*Vice-presidente da CNBB*

**Dom Leonardo Ulrich Steiner**
*Bispo Auxiliar de Brasília*
*Secretário Geral da CNBB*

# Casai de Altamira entra em colapso e condicionantes da UHE Belo Monte não são cumpridas

**Por Renato Santana**
*Editor do Porantim*

Fotos: Juma Xipaia

*Não há estrutura para atender a crescente demanda de indígenas na Casai de Altamira. Amontoados, os pacientes e acompanhantes dormem em redes, dividem o pouco de recurso que existe e banheiros entupidos - foco de doenças*

Superlotação, banheiros emporcalhados, doenças, falta de equipe técnica, hospitais insuficientes para darem conta dos atendimentos, morte e abandono estatal. Entrar na Casa do Índio (Casai) de Altamira, Pará, é se deparar com o caos e a vida real das comunidades submetidas ao projeto de desenvolvimento em curso no país.

O quadro da saúde indígena na região impactada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte é no mínimo diferente do anunciado pelo governo federal e Consórcio Norte Energia S/A (Nesa) como parte dos argumentos para justificar o mega projeto. Na mesma proporção, as tais condicionantes que resolveriam os problemas dos insistentes opositores à obra ainda estão apenas no papel.

Até o momento da publicação desta matéria, a condicionante de reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) em Altamira, imposta à Licença Prévia de Instalação da usina em 1º de fevereiro de 2010, não tinha sido cumprida pela Nesa. Tampouco a construção de um hospital de 100 leitos para desafogar as estruturas de atendimento médico em funcionamento.

Em meio a mais um episódio de resistência à construção do empreendimento, com a atual ocupação da ensecadeira do canteiro de obras Pimental por cerca de 120 pescadores e indígenas, os fatos trazem à tona uma realidade que não aparece nos televisores que as usinas hidrelétricas mantêm ligados Brasil afora.

"Total abandono da nossa saúde. Existem índios que entram lá na Casai e saem piores. É uma reivindicação nossa que trazemos aqui para a ocupação da ensecadeira. Por parte das autoridades, se eles têm como manter ambulância e enfermeiro aqui (canteiro de obras), por que não lá em Altamira?", questiona Leo Xipaia, da aldeia Cujubim, às margens do rio Iriri, cujas águas correm para o rio Xingu.

## Ca(o)sai

A Casai é uma estrutura de passagem. Os indígenas convalescentes de tratamentos e atendimentos médicos usam o espaço para recuperação antes do retorno à comunidade. Algumas terras indígenas ficam a 10, 15 dias de barco do cais de Altamira, rio Xingu adentro. A estada na Casai, de uns anos para cá, passou a ser quase impossível. Com capacidade para atender simultaneamente 80 indígenas, a casa acolhe cerca de 200.

"A Casa do Índio está lotada e essa superlotação é por conta de Belo Monte, sem dúvida. Estou em Altamira há 20 anos e nunca foi assim. Isso aqui virou um inferno. O discurso deles (governo federal e Norte Energia) é bonito, mas na prática... na prática vivenciamos uma tragédia", explica o vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Altamira, Wiliam Xakriabá.

Conforme é possível constatar nas fotos feitas pelos próprios indígenas, não fossem as redes armadas no quintal da casa a única alternativa para os usuários - doentes na maioria - seria dormir no chão. Para acentuar ainda mais o problema, a atual estrutura da Casai é um recente contrato de aluguel, sendo que há pouco tempo a estrutura de atendimento aos indígenas mudou de endereço.

"Aqui (sede retratada nas fotos) melhorou muito, para se ter uma ideia da situação em que nos encontramos. Antes estava pior. Esperamos que até o dia 15 de março do ano que vem a sede própria, em construção, seja inaugurada. Lá teremos um espaço adequado, digno. Porém, inauguraremos com superlotação", diz Wiliam.

O vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde faz as contas: a nova estrutura terá condições de comportar o dobro da capacidade atual, ou seja, 160 indígenas. Porém, ainda sem o impacto da usina ter sido absoluto, 200 homens, mulheres e crianças acabam precisando utilizar a Casai.

"Estamos aguardando de forma ansiosa uma estrutura que chegará esgotada. É um projeto antigo o da sede própria, com recursos do Ministério da Saúde, mas que infelizmente o desenvolvimento dessa usina está matando. Fazemos tudo o que podemos, mas lutamos contra um inimigo muito poderoso", lamenta Wiliam.

## Condicionantes: letra morta

"Falta muita coisa e a saúde indígena está péssima. Sobretudo na cidade. Malária, diarreia, maus tratos na Casa de Saúde. Nosso povo vai se acabar todo se continuar assim de construir usina, não melhorar a saúde", afirma Joaquim Lopes Kuruaia, que vive com sua comunidade às margens do rio Iriri.

De acordo com o indígena, a Nesa não cumpre as condicionantes na parte da saúde indígena. O consórcio limitou-se a fornecer materiais para campanha contra a malária, que não focou apenas os povos indígenas. Wiliam conta que há tempos o Conselho Distrital está com um projeto emergencial para a saúde e a Nesa o transformou em parte do Programa Básico Ambiental (PBA).

Para acertar, o consórcio impôs que nos primeiros 18 meses o projeto abarcará apenas as comunidades da Volta Grande do Xingu e Bacajá. Wiliam é taxativo quanto à proposta da Nesa: "É um absurdo. A usina está afetando a todos. Não concordamos também porque saúde pública tem que ser para todos, não para uma ou duas comunidades".

Além de interferir de forma negativa nos projetos desenvolvidos pelo Conselho Distrital e não cumprir as condicionantes indígenas, conforme relatam as lideranças, o consórcio também ainda não construiu 100 leitos hospitalares necessários para desafogar ao menos um pouco os centros de saúde em funcionamento. Dessaforma, os indígenas não conseguem atendimento, vagas em leitos de internação, os resultados dos exames demoram a sair. Tudo isso faz com que a permanência na Casai seja mais demorada.

"Tivemos um óbito esse ano por falta de médico. Nem isso eles cumpriram, a contratação de profissionais. Posso dizer que a Casai hoje não é só para passagem, mas lá acabamos vendo atendimentos de saúde. O lugar não é próprio para isso e não temos recursos e muito menos equipamentos", afirma Wiliam.

O aumento das doenças é motivo de destacada preocupação entre os conselheiros distritais. Por enquanto as moléstias não possuem grande gravidade, conforme o vice-presidente. São diarreias, infecções respiratórias, mas que demandam cuidados especiais e medidas mais abrangentes de políticas públicas. No entanto, Wiliam é seguro ao afirmar que as cestas básicas e o alto fluxo de recursos despejados sobre os indígenas para dissuadi-los de contrapor Belo Monte trarão consequências danosas.

"Muito alimento industrializado, refrigerantes. São doenças (câncer, diabetes, coração) que aparecem de forma silenciosa, aos poucos, mas que não ocorreriam se os parentes pudessem viver da terra, da pesca. Sem contar o lixo produzido, que fica na aldeia, foco de doenças", analisa Wiliam Xakriabá. Para ele, com mais dinheiro, os indígenas aumentam o consumo de álcool, alavancado por uma maior presença na cidade e, assim, fechando o ciclo, nas dependências da Casai.

## O que se esperava

Desde o início, apesar da postura contrária à construção de Belo Monte, os conselheiros esperavam investimentos em estrutura hospitalar, veículos e voadeiras (embarcações velozes) para locomoção de pacientes, sendo tudo isso parte da reestruturação do DSEI de Altamira. Nada aconteceu e a situação piora a cada dia.

Para indigenistas e lideranças contrárias à usina, o conglomerado transnacional e multinacional construtor da obra acredita que Belo Monte é fato consumado, e que por isso não é mais necessário seguir despejando dinheiro nas comunidades indígenas e cumprir as condicionantes – apesar de em cada ocupação dos canteiros de obras a Polícia Militar do Pará impor seu efetivo contra os manifestantes com helicópteros e viaturas devidamente seladas pela marca da Nesa. Para algum lugar o dinheiro está indo. ■

# Resistência à construção da usina prossegue

**Luiz Cláudio Teixeira**
*Cimi Regional Norte II – Equipe Belém do Pará*

Foto: Ruy Sposati/Cimi

A 5ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), formada pelos desembargadores Selene Almeida, Souza Prudente e João Batista Moreira, por unanimidade reconheceu no último dia 13 de agosto que as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, desrespeitam a Constituição Federal, por terem sido iniciadas sem antes ouvir os povos indígenas afetados pelo empreendimento. Mais 11 ações correm na Justiça pedindo a paralisação da construção da usina.

O TRF-1 acolheu um recurso, conhecido no jargão jurídico como Embargo de Declaração, do Ministério Público Federal (MPF). A mesma turma havia também determinado anteriormente a paralisação das obras da Hidrelétrica do rio Teles Pires (afluente do rio Tapajós), na fronteira do Mato Grosso com o Pará, esta, tal qual Belo Monte no rio Xingu, faz parte de um complexo de grandes usinas hidrelétricas no rio Tapajós que se construídas inundarão ou afetarão de um a outra forma terras indígenas e unidades de conservação. Até mesmo povos indígenas não contatados, que vivem na região do rio Tapajós, serão afetados. As obras da usina do Teles Pires continuaram por decisão do presidente do TRF-1.

Quanto a Belo Monte, a decisão da 5ª Turma do TRF1 suspendeu os efeitos do decreto legislativo 788/2005 do Congresso Nacional. Naquela ocasião os iluminados deputados decidiram em quatro dias que Belo Monte poderia ser construída tal como queria o Executivo, mesmo sem que os povos indígenas tivessem sido consultados. Não se tem conhecimento de lei ou decreto neste país que tenha sido aprovado tão rápido.

Dessa forma os deputados conseguiram a façanha de desrespeitar não só a Constituição, que juraram proteger, como leis internacionais, caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2004. Tanto a Constituição Federal e a Convenção 169 garantem o direito de consulta aos povos indígenas sobre os empreendimentos que venham a afetar suas vidas, meio ambiente e espaço físico e cultural.

Apesar da decisão unânime e inédita no país, o Consórcio Norte Energia só foi notificado da decisão da Justiça 10 dias depois. Caso o Consórcio desrespeitasse a decisão a multa seria de 500 mil reais por dia.

## Foi a primeira vez que a obra parou?

Não! Inúmeras manifestações e denúncias de ilegalidades de indígenas e trabalhadores rurais já foram feitas contra a UHE Belo Monte. Em outubro do ano passado o país testemunhou a primeira ocupação dos canteiros de obras do empreendimento. Indígenas, pescadores, agricultores e aliados da causa denunciavam o desrespeito ao meio ambiente e aos direitos indígenas que a obra representava.

A Norte Energia jura respeitar todas as leis, o que evidentemente ficou demonstrado ser mentira depois da decisão do TRF-1, além das inúmeras greves de trabalhadores. Ainda em outubro de 2011, mais de 500 pessoas - entre indígenas, pescadores, agricultores e ambientalistas - ocuparam o canteiro de Belo Monte, demonstrando claramente seu desacordo com a obra.

Em fevereiro deste ano, o Ibama (que liberou licença sem que as condicionantes tivessem sido cumpridas) multou o consórcio em R$ 7 milhões de reais por atrasos na implantação do Plano Básico Ambiental. O dinheiro nunca foi pago, pois a Norte Energia recorreu à Justiça. No dia 23 de abril, mais uma demonstração de descontentamento: os trabalhadores se mantiveram em greve durante 12 dias. Exigiam melhores salários e benefícios. Já em junho, uma semana antes da Rio+20, indígenas ocupam outra vez o canteiro e paralisam a obra.

Sete dias depois, em 20 de junho, os indígenas retornaram ao canteiro e dessa vez permanecem por 25 dias impedindo os trabalhos da empresa. Após o fim da segunda ocupação indígena, no dia 24 de junho, dois funcionários ficaram retidos por mais de uma semana em uma aldeia, para explicar aos índios como o rio ficaria com a construção da hidrelétrica.

Apesar de que o ano de 2012 tenha iniciado muito mal para as empresas que destroem o Xingu, com greves de trabalhadores, ocupações dos movimentos sociais e indígenas e denúncias e multas de descumprimentos de inúmeras condicionantes, isso jamais constrangeu seus diretores que periodicamente vem a público afirmar que está tudo muito bonito na maquete de Belo Monte. A certeza da empresa é que não há força nesse mundo que pare o crime que está sendo cometido no rio Xingu. É possível que estejam certos.

No último dia 27 de agosto o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, atendendo solicitação da Advocacia Geral da União (AGU), liberou a obra 14 dias depois da decisão do TRF-1 de paralisar a obra, mas de somente de cinco dias efetivos de paralisação. Os danos a política energética do país - argumento muito utilizado pelo consórcio construtor - é maior do que os danos causados ao meio ambiente, aos índios e a própria Constituição Federal. Os ministros agora precisam julgar o mérito da questão e decidir se os índios têm direito de dizer se querem ou não grandes empreendimentos quando houver risco às suas terras sagradas, cultura e vida.

Concomitante a estes desmandos estatais e governamentais no Xingu, a mesma AGU que articulou a liberação de Belo Monte publicou no dia 16 de julho a Portaria 303. Dentre outras nefastas medidas, a medida libera a construção de grandes empreendimentos hídricos – leia-se usinas hidrelétricas – em terras indígenas sem consulta previamente as comunidades afetadas. A história não permite achar que se trata de mera coincidência.

No entanto, não é hora de esmorecer ou baixar a guarda. É preciso lembrar que a luta que se trava no Xingu é contra os mesmos inimigos do Pantanal, do Araguaia, do Tapajós e de tantos outros rios brasileiros. E o adversário é terrível, o setor elétrico brasileiro, que sempre aliado às empreiteiras que investem milhões em campanhas para eleger governadores e presidentes (ou presidentas), não se contentará com está "vitória" e deve já estar preparando um novo ataque aos direitos das populações da Amazônia. ■

Foto: Anderson Barbosa

Foto: Ruy Sposati/Cimi

# Movimento Tapajós Vivo realiza encontro

**Guenter Francisco Loebens,**
*Cimi Regional Norte I*

Com o objetivo de organizar a resistência contra a imposição das hidrelétricas do rio Tapajós foi realizado entre os dias 21 e 22 de agosto encontro na comunidade ribeirinha de Pimental, município de Itaituba, Pará, promovido pelo Movimento Tapajós Vivo, com a presença de 60 lideranças comunitárias, entre indígenas, religiosas e de organizações da sociedade civil. O procurador da República Felício Pontes marcou presença.

O complexo hidrelétrico previsto para o rio Tapajós é composto pelas hidrelétricas São Luís do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Jamanxim e Cachoeira dos Patos, nos rios Tapajós e Jamanxim.

Para uma melhor compreensão dos possíveis impactos sócio-ambientais que as barragens, se construídas, provocarão no rio Tapajós, além das estratégias governamentais que serão usadas para sua instalação e quais as formas possíveis de resistência popular Antonia Melo (Movimento Xingu Vivo) e Márcia Nunes Maciel (Instituto Madeira Vivo) fizeram um relato sobre as experiências de enfrentamento às hidrelétricas no rio Xingu e no rio Madeira.

O líder de Pimental Odair Pereira Matos denunciou o desrespeito das empresas a serviço do projeto de construção da hidrelétrica São Luís, que chegam à comunidade com o objetivo de realizar pesquisas, sem pedir licença. Pimental é uma das comunidades a ser alagada pelo empreendimento. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da hidrelétrica está em pleno andamento.

As lideranças Munduruku das terras indígenas do médio rio Tapajós, que serão afetadas, manifestaram-se veementemente contrárias à construção das barragens, assim como as lideranças comunitárias de Pimental. "Quando eu penso nos meus filhos dói no meu coração", afirmou um líder Munduruku.

Foto: Arquivo Cimi

*Na foto, indígena Munduruku durante manifestação contra a construção da usina de Teles Pires. Etnia será afetada diretamente por empreendimento e mandou o recado: vão resistir à obra, custe o que custar*

De acordo com o procurador, a exemplo do que ocorreu com Belo Monte, no rio Xingu, que teve sua licença prévia de instalação invalidada pelo TRF da 1ª Região, também em relação às hidrelétricas do rio Tapajós está sendo desrespeitado o direito das comunidades indígenas e ribeirinhas de serem consultadas de forma prévia, livre e informada, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No caso dos povos indígenas o direito de consulta também é uma disposição constitucional e a oitiva deve ser realizada pelo Congresso Nacional. Isso quer dizer que de acordo com a lei existe um vício de origem e que tudo o que foi feito até agora não tem validade.

O Movimento Tapajós Vivo ao final do encontro estabeleceu como seu objetivo maior "defender a vida do rio Tapajós contra todas as ameaças e morte e o direito dos povos indígenas, ribeirinhos e das populações locais". Com base nesse objetivo formulou suas estratégias de articulação, mobilização e enfrentamento. ■

# Indígenas vivem clima de tensão e ameaça no noroeste de Mato Grosso

**Por Luana Luizy,**
*de Brasília*

Na metade do último mês de julho, dois homens encapuzados e armados invadiram a Casa de Saúde Indígena do município de Brasnorte, noroeste do estado de Mato Grosso. Um indígena Enawenê-Nawê foi abordado pelos invasores, que o seguraram pelo braço pedindo informações referentes aos chefes do polo.

Os indivíduos só foram embora depois que constataram que no local não havia ninguém. O episódio foi relatado às autoridades policiais em Boletim de Ocorrência. A Casa de Saúde Indígena serve aos povos Mỹky, Enawenê-Nawê e Irantxe. Apreensivos com a possibilidade de novas ameaças e até mesmo atentados, os funcionários do centro pedem mais segurança.

O clima na região é de tensão. A Fundação Nacional do Índio (Funai) obteve autorização dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1º Região (TRF-1), em Brasília, para dar continuidade aos estudos de demarcação de área de ocupação tradicional não incluída à Terra Indígena Menkü, do povo Mỹky, com procedimento demarcatório concluído antes da Constituição de 1988.

Ruralistas e madeireiros interessados na ocupação do território indígena passaram a se manifestar publicamente contra a decisão. Conforme relatos de lideranças indígenas e apoiadores, ameaças também começaram a ocorrer de forma sistemática, pois não é a primeira vez que intimidações são feitas dentro da Casa de Saúde.

Organizados na Associação dos Produtores Rurais Unidos de Brasnorte (Aprub), os latifundiários realizaram manifestação no dia 14 de julho, pelas ruas de Brasnorte, contra o que chamam de ampliação da terra indígena sob o argumento de que a região perderá emprego e renda. O ataque à Casa de Saúde ocorreu nove dias depois do ato público.

Localizado a 600 km de Cuiabá, o território de 186 mil hectares reivindicado passou a ser estudado por um Grupo de Trabalho (GT) da Funai, constituído em 2007 – o processo de demarcação ainda não foi finalizado. Nessa área não demarcada atuam fazendeiros e madeireiros, que também agem dentro da terra indígena com processo administrativo concluído antes de 1988.

Mais de 100 locais dentro dos 186 mil hectares são apontados pelos indígenas como de importância tradicional; locais em que se encontram cemitérios, áreas de reza e ritual, de caça, retirada de mel, além da aldeia antiga, de onde foram expulsos por fazendeiros invasores durante os anos de 1970. Os episódios foram relatados à época pelo missionário Thomaz de Aquino Lisboa, que inclusive foi ameaçado pelos capangas dos fazendeiros invasores que compunham a frente de expansão agropecuária.

Segundo reportagem publicada na edição de setembro de 2011 do jornal indigenista Porantim, estradas são constantemente abertas na região para a passagem de carga e 200 mil metros cúbicos de madeira são retirados por mês do território. Entre os Mỹky, grupos de fiscalização do território percorrem semanalmente as terras de ocupação tradicional para coibir a depredação, bem como para registrar a ação ilegal de madeireiras. Foram inúmeras denúncias. ■



# Coiam denuncia massacre contra Yanomami da Venezuela

**Ruy Sposati,**
*de Brasília*

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiam), entidade que congrega 13 organizações indígenas da Amazônia venezuelana, denunciou durante o último mês de agosto um novo genocídio contra o povo indígena Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Na denúncia da Coiam, cerca de 80 indígenas morreram e apenas três sobreviveram para narrar o massacre cometido por garimpeiros brasileiros. Porém, até agora não se sabe o número exato de mortos e feridos.

Conforme nota da entidade os indígenas "foram vítimas de violência física, ameaças, abuso contra as mulheres e contaminação da água por mercúrio, com saldo de vários Yanomami mortos".

O testemunho dos três sobreviventes expõe que garimpeiros brasileiros teriam realizado um ataque violento na comunidade Irotatheri, cravada nas cabeceiras do rio Ocamo, no município de Alto Orinoco, na Venezuela. O local teria sido queimado e os garimpeiros utilizado armas de fogo e explosivos para atacar a aldeia. Três indígenas sobreviveram.

Foto: Padre Conrado/Cimi Norte I

Para a Coiam, a situação não afeta apenas a vida, a integridade física e a saúde do povo Yanomami, mas "constitui um novo genocídio e uma nova ameaça à sobrevivência física e cultural dos Yanomami, em um momento em que se completa, em 2013, vinte anos do Massacre de Haximu, onde 16 Yanomami foram assassinados".

A organização Survival International, com presença entre os Yanomami, afirmou também em nota que apesar do ataque não ter sido comprovado pelas autoridades o povo é há décadas e segue sendo vítima das ações de garimpeiros – seja invadindo e destruindo o território indígena, quanto assassinando seus moradores. ■

# KRENAK

# O presídio indígena da ditadura

Foto: André Campos

**André Campos**
*Agência Brasil de Fato*

Em julho, a Comissão Nacional da Verdade – sancionada pela presidenta Dilma Rousseff para investigar violações de direitos humanos cometidas, durante a ditadura militar, por agentes do Estado – anunciou que também irá apurar os crimes contra os índios. "Vamos investigar isso, sim, porque na construção de rodovias há histórias terríveis de violações de direitos indígenas", afirmou, na ocasião, o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, um dos sete integrantes da Comissão.

Mas o massacre de etnias que se opuseram a grandes obras é apenas um dos capítulos dessa história. Tal como outros grupos subjugados nos "porões da ditadura", os habitantes de aldeias Brasil afora também foram alvo de prisões clandestinas, associadas a denúncias de tortura, desaparecimentos e detenções por motivação política. E que, ao contrário de outros crimes cometidos pelo Estado à época, ainda não foram objeto de nenhum tipo de reparação oficial ou política indenizatória.

Tais violações de direitos humanos apontam para o município de Resplendor (MG), onde funcionou o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um velho conhecido do Pataxó Hã-Hã-Hãe Diógenes Ferreira dos Santos. "Eu não gosto nem de falar, porque ainda me dá ódio", diz, com o semblante fechado de quem está prestes a tocar em lembranças difíceis. "Mas quando puxa o assunto, meu irmão...". Quando começa, ele fala sem parar. Diógenes era ainda uma criança no dia em que, conforme conta, viu dois policiais se aproximarem da casa onde vivia, na Terra Indígena Caramuru Catarina-Paraguaçu, encravada em meio às fazendas de cacau da região sul da Bahia. Vieram, diz ele, acionados por um fazendeiro, que reclamava ser o dono daquele local. Para não deixarem dúvidas sobre suas intenções, cravejaram de balas uma árvore próxima. E, logo depois, colocaram fogo na casa onde o Pataxó Hã-Hã-Hãe vivia com sua família.

Exilados de seu território, Diógenes e seus pais viveram por cinco anos trabalhando numa fazenda próxima. Até serem novamente expulsos, no final da década de 1960. "Já que não tínhamos apoio de ninguém, decidimos voltar para o Caramuru", conta.

Lá chegando, não demorou nem 15 dias para novamente apareceram policiais. Dessa vez estavam incumbidos de escoltar Diógenes e seu pai até a cidade. "Ficamos seis dias presos na delegacia de Pau Brasil (BA)", relembra. "Até que veio a ordem de nos levarem para o reformatório Krenak, que eu nem sabia o que era".

No Krenak, a cerca de 700 km de sua terra natal, Diógenes, então ainda um adolescente, descreve ter vivido uma rotina de trabalhos forçados, realizados sob o olhar vigilante de policiais militares. "Íamos até um brejo, com água até o joelho, plantar arroz", revela. Cotidiano interrompido apenas para esporádicos jogos de futebol, organizados pelos guardas e de participação obrigatória, segundo o pataxó. "Meu pai não gostava, nunca tinha jogado bola na vida. Aquilo era uma humilhação para ele."

Ironicamente, mais de 40 anos depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou, em maio de 2012, todos os direitos de propriedade dos fazendeiros que, nos dias atuais, ainda ocupavam a Terra Indígena Caramuru Catarina-Paraguaçu. Sacramentando, portanto, a legitimidade do pleito de Diógenes na querela fundiária que o levou ao cárcere.

## Pedagogia da tortura

O reformatório Krenak começou a funcionar em 1969, em uma área localizada dentro do extinto Posto Indígena Guido Marlière. Suas atividades eram comandadas por agentes da Polícia Militar mineira, que, à época, recebeu a incumbência de gerir as terras indígenas daquele estado por meio de um convênio com a recém-criada Fundação Nacional do Índio (Funai).

Num boletim informativo da Funai de 1972, encontramos uma das poucas menções oficiais a respeito do local, qualificando-o como uma experiência de "reeducação de índios aculturados que transgridem os princípios norteadores da conduta tribal, e cujos próprios chefes, quando não conseguem resguardar a ordem na tribo, socorrem-se da Funai visando restaurar a hierarquia nas suas comunidades". Osires Teixeira, então senador pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) – o partido de sustentação da ditadura –, se pronunciou sobre o tema na tribuna do Senado, afirmando que os índios do Krenak "retornam às suas comunidades com uma nova profissão, com melhores conhecimentos, com melhor saúde e em melhores condições de contribuir com o seu cacique".

À época, fora do governo – eram os "anos de chumbo" da ditadura –, também se contam nos dedos as referências à instituição. Em 1972, um enviado especial do *Jornal do Brasil* chegou a entrar clandestinamente no reformatório, naquela que provavelmente é a única reportagem *in loco* sobre o tema. Mas sua presença durou poucos minutos – segundo a própria matéria, ele foi expulso sob ameaças da polícia.

Ex-integrante do Conselho Indigenista Missionário em Minas Gerais (Cimi/Leste), a pedagoga Geralda Chaves Soares conheceu diversos ex-internos do Krenak. Aquilo que ela relata ter ouvido sobre os "métodos reeducacionais" da instituição – que incluíam indígenas açoitados e arrastados por cavalos – sugerem o real motivo por trás de tanto sigilo. "Uma das histórias contadas é a de dois índios Urubu-Kaápor que, no Krenak, apanharam muito para que confessassem o crime que os levou até lá", conta ela. "O problema é que eles nem sequer falavam português".

Foto: André Campos

***Diógenes Pataxó Hã-Hã-Hãe:*** ***indígena esteve preso em Krenak por conta da luta pela terra de ocupação tradicional no sul da Bahia***

Um dos mais graves exemplos de tortura remete ao indígena Gero Maxacali, ex-morador da Aldeia Água Boa, em Santa Helena de Minas (MG). Levado ao Krenak, conta Geralda, lá ele teria sido literalmente queimado por dentro ao ser obrigado a beber, de forma alternada, leite fervendo e água gelada. Depois disso, com dificuldades para se alimentar, passou a ter sérios problemas de saúde – que, anos depois, o levariam à morte.

O **Brasil de Fato** teve acesso a documentos da Funai que desnudam diversos aspectos sobre o cotidiano do presídio indígena. Eles revelam que ao menos 120 indivíduos, pertencentes a 25 etnias dos mais diferentes rincões brasileiros, passaram pela instituição correcional. Pessoas que, via de regra, chegavam a Resplendor a pedido dos chefes de posto local da Funai. Mas também, em alguns casos, por ordem direta de altos escalões em Brasília.

É o caso, por exemplo, de um índio Kanela, do Maranhão, encaminhado à instituição em julho de 1969. "Além do tradicional comportamento inquieto da etnia – andarilhos contumazes –, o referido é dado ao vício da embriaguez, quando se torna agressivo e por vezes perigoso. Como representa um péssimo exemplo para a sua comunidade, achamos por bem confiá-lo a um período de recuperação na Colônia de Krenak", atesta ofício emitido pelo diretor do Departamento de Assistência da Funai.

Homicídios, roubos e o consumo de álcool nas aldeias – na época reprimido com mão de ferro pela Funai – estão entre os principais motivos alegados para o envio de índios a temporadas corretivas. Além disso, também transparecem na burocracia oficial situações de brigas internas, uso de drogas, prostituição, conflitos com servidores públicos e indivíduos penalizados por atos descritos como vadiagem.

Boa parte desses supostos roubos, conforme revelam os próprios ofícios internos da Funai, remetem a atos de periculosidade

Foto: Arquivo Cimi

*O reformatório Krenak começou a funcionar em 1969, em uma área localizada dentro do extinto Posto Indígena Guido Marlière. Suas atividades eram comandadas por agentes da Polícia Militar mineira*

risível, para dizer o mínimo. Gente como, por exemplo, um Maxacali flagrado afanando uma cigarreira, três camisas de tergal, uma caixa de botões e alguns outros cacarecos na sede do seu posto indígena. Ou, ainda, o Xerente que, após beber em uma "festa de civilizados", voltou à aldeia pedalando a bicicleta de outra pessoa, tendo esquecido a sua própria para trás – engano provocado pela embriaguez segundo o próprio servidor local que solicitou a sua remoção.

As estadias no reformatório podiam durar de poucos dias a até mais de três anos. Para serem libertados, os internos dependiam da avaliação comportamental dos policiais custodiantes, mas também de certa dose de sorte para não se tornarem "índios extraviados" na confusa burocracia da Funai.

Nesse balaio de gatos, alguns casos soam quase surrealistas. Um deles ocorreu em 1971, quando chegou ao reformatório um índio Urubu-Kaápor, com ordens de permanecer sob severa vigilância e em alojamento isolado. Seu encaminhamento a um "período de recuperação" justificava-se, segundo a Ajudância Minas-Bahia – órgão da Funai ao qual estava subordinado o reformatório – por ele ter praticado "atos de pederastia" em sua aldeia.

Dois meses depois, consta nos documentos do órgão indigenista que ele se apoderou de uma gilette para tentar suicídio com um corte no abdômen. Recebeu atendimento médico e, após alguns meses, tentou uma fuga, sendo recapturado já em outro município.

Entre os internos, havia também pessoas aparentemente acometidas de transtornos mentais, vivendo no Krenak sem qualquer tipo de amparo psiquiátrico. A exemplo de um índio da etnia Kampa, clinicamente diagnosticado como esquizofrênico segundo relatório do próprio órgão indigenista. E que, entre outras excentricidades, dizia possuir vários automóveis e aviões, além de ser amigo

Foto: André Campos

íntimo do mandatário supremo da nação. "Sempre que um avião passa sobre esse reformatório ele pula e grita, dizendo que é o presidente vindo buscá-lo", relata um ofício a seu respeito.

Para alguns dos indígenas, a ida ao Krenak provou-se um caminho sem retorno. É o caso de Manoel Vieira das Graças, o Manelão Pankararu, levado ao presídio indígena em 1969 após uma briga violenta com outros índios de sua aldeia. Com mulher e filhos, Manelão está até hoje instalado em Resplendor. Tal como outros índios que, desativado o reformatório, permaneceram na região por conta de amizades e casamentos oriundos dos anos de cárcere – havia também mulheres entre os prisioneiros.

Entre os que não retornaram há também aqueles cujo destino, ainda hoje, permanece uma incógnita. Situação que remete, por exemplo, a Dedé Baena, ex-morador do Posto Indígena Caramuru, na Bahia. "Ninguém sabe se é vivo ou morto porque foi mudado para o presídio Krenak e desapareceu", revela um não-índio, nascido na área do referido Posto Indígena, em depoimento de 2004 à pesquisadora Jurema Machado de Andrade Souza.

Em agosto de 1969, conforme está registrado em um ofício da Funai, Dedé foi levado a Resplendor a pedido do chefe do Posto em questão, que o qualificou como um "índio problema", violento quando embriagado e dono de vasto histórico de agressões a "civilizados". Lá chegou inclusive necessitando de cuidados médicos, com uma agulha de costura fincada na perna – ferimento ocorrido em circunstâncias não explicadas.

## "Índios vadios"

Paralelamente à chegada dos "delinquentes", dezenas de índios krenaks ainda habitavam áreas vizinhas ao reformatório. Estavam submetidos à tutela dos mesmos policiais responsáveis pela instituição correcional, o que os tornava um alvo preferencial para ações de patrulhamento. Diversos deles acabaram confinados.

Homens e mulheres krenaks foram também recrutados para trabalhar na prisão indígena, e dão testemunho sobre as violências desse período. "Quem fugia da cadeia sofria na mão deles", afirma Maria Sônia Krenak, ex-cozinheira no local. "E a mesma coisa as crianças da aldeia. Se fugissem da escola, também apanhavam".

Por mais incrível que pareça, até mesmo a vida amorosa dos índios locais passava pelo crivo da polícia. Na Terra Indígena Krenak, homologada em 2001 em Resplendor, muitos ainda tem histórias para contar sobre esse período. "Eu, uma vez, fiquei 17 dias preso porque atravessei o rio sem ordem, e fui jogar uma sinuquinha na cidade", rememora José Alfredo de Oliveira, patriarca de uma das famílias locais.

No início dos anos de 1970, até mesmo a área ocupada pelos krenaks e pelo reformatório vivia dias de intensa disputa, reivindicada por posseiros que arrendaram lotes nos arredores. Como saída para o imbróglio, o governo de Minas Gerais e a Funai negociaram uma permuta entre tais terras e a Fazenda Guarani, área localizada em Carmésia (MG) e que pertencia à Polícia Militar mineira. Em 1972, foram todos – os krenaks, o reformatório e os confinados – deslocados para lá. A Fazenda Guarani ainda recebeu, em meados da década de 1970, outras levas indígenas fruto de litigâncias fundiárias no Brasil. Foi o que ocorreu com os guaranis da Aldeia Tekoá Porã, em Aracruz (ES).

Os Guarani, explica o cacique Werá Kwaray – que passou parte da sua adolescência em Carmésia –, caminham pelo mundo seguindo revelações. E foi uma revelação que levou o seu grupo a sair do sul do país, na década de 1940, em busca da "terra sem males" – local onde, segundo as crenças da etnia, é possível alcançar uma espécie de perfeição mística, algo como um paraíso na terra. Liderados por uma xamã, chegaram a Aracruz duas décadas depois. Mas sobre aquele lugar também repousavam planos para viabilizar enormes plantações de eucalipto, um choque de interesses levou os indígenas, sob pressão e a contragosto, para a Fazenda Guarani. "Foi uma violação dos direitos sagrados dos nossos líderes religiosos", expõe o cacique.

Depois de alguns anos em Carmésia, os guaranis retornaram a Aracruz, onde, em 1983, conseguiram a homologação da área indígena que habitam até hoje. A virada dos anos de 1970 para os anos de 1980 marca as últimas denúncias sobre o uso da Fazenda Guarani como local de prisão, confinamento ou despejo de índios "sem terra". Todos foram embora do local, à exceção de um grupo pataxó que lá se instalou definitivamente após sair de áreas em Porto Seguro (BA). Atualmente, o casarão que servia como sede aos destacamentos policiais foi convertido em moradia para alguns desses indígenas. E a antiga solitária local virou um depósito onde se empilham os cachos de banana abundantemente colhidos nas redondezas. ■

# Povo Kanamari realiza Encontro e Festival

**J. Rosha**
*de Manaus (AM)*

Fotos: J.Rosha/Cimi Regional Norte I

Entre os dias 27 e 31 de julho mais de 300 indígenas de oito aldeias localizadas nos rios Itacoaí e Javari participaram do IV Encontro do Povo Kanamari e V Festival da Cultura do Povo Kanamari, na aldeia Bananeira, localizada a cerca de 400 quilômetros de Atalaia do Norte, município do oeste do estado do Amazonas, na fronteira com o Peru.

O IV Encontro do Povo Kanamari foi realizado em meio a dois acontecimentos que repercutem sobre todos os povos do Vale do Javari. No que se refere à saúde, dentro de alguns dias deverá haver mudança na direção do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Vale do Javari. Outra mudança acontece na estrutura da Fundação Nacional do Índio (Funai), com a criação da Coordenação Regional do Vale do Javari.

O ex-coordenador da Funai de Atalaia do Norte, Heródoto Jean Sales, é o nome indicado para assumir a direção do Dsei, com apoio dos indígenas, em substituição a Evan de Almeida, atual gestor desde meados do ano passado. No período de aproximadamente um ano em que ele esteve à frente do órgão, poucas foram as ações nas comunidades e nenhuma das principais reivindicações dos indígenas foi atendida, como a construção de postos de saúde, estruturação dos pólos-base, permanência de profissionais em área ou fornecimento de medicamentos.

Por outro lado, a criação da Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari vem sendo pleiteada pelos indígenas daquela região desde a reestruturação do órgão indigenista há cerca de três anos. Os povos do Vale do Javari estavam sob jurisdição da Coordenação Regional do Vale do Juruá - motivo de críticas por parte das lideranças. "Os técnicos de Brasília fizeram a divisão baseada só pelo que viram no mapa. Nunca estiveram na região para verificar a distância e as diferenças entre o vale do Juruá e o Vale do Javari", critica Kurá Kanamari.

A ausência de dirigentes de outros órgãos governamentais deixou os participantes contrariados. A Funai e a Frente de Proteção Etnoambiental – órgão responsável pela vigilância da área onde se encontram indígenas sem contato -, mandaram representantes. Os indígenas esperavam dirigentes da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (Seduc), além da Sesai.

Para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari os participantes do Encontro encaminharam documento solicitando a vigilância permanente até a altura da localidade denominada Volta do Passarinho. De acordo com os Kanamari, pescadores ou caçadores são constantemente vistos burlando a fiscalização e representam grave ameaça a vida dos povos isolados – especialmente dos Korubo, conhecidos na região como "caceteiros".

Nada mais do que três horas além da base da Frente de Proteção é possível avistar os Korubo. Eles ficam na praia e chamam quem passa pelo local para fazer troca. Eles pedem farinha e outros alimentos em troca de artesanato, dizem os indígenas.

## Educação

Os participantes do Encontro fizeram à Secretaria de Estado da Educação solicitação para a manutenção de um professor junto aos Kanamari. Não há escolas nas oito aldeias localizadas ao longo do rio Itaquaí e nas que ficam no rio Javari. As aulas são ministradas nas casas dos professores, em barracos de lona ou em outras construções improvisadas. Na aldeia Bananeira, as aulas acontecem na casa do professor Atchou Kanamari, onde as crianças sentam no chão e muitas vezes nem têm material escolar.

"No início do ano eu fui à Secretaria Municipal de Educação buscar material e eles só me deram seis lápis, seis apontadores, borrachas e uns maços de papel", disse o professor. Ao todo, ele atende 58 alunos do ensino fundamental e médio. Sem material e sem merenda escolar, ele conta que já teve de pescar e trabalhar na roça para garantir o alimento para os seus alunos.

## Os Kanamari mostram sua cultura

"Antes, os Kanamari não precisavam de roupa, sal, sabão e outras coisas que os kariuá usam. Quando os brancos chegaram trazendo tudo isso, nós nos tornamos dependentes". Com estas palavras o cacique Tomita Kanamari, da aldeia Massapê, começou a conversa com as lideranças na manhã do primeiro dia do V Encontro do Povo Kanamari. O apelo de Tomita era para que os indígenas, durante o Festival que se realizaria naqueles dias, não abandonassem sua tradição – razão pela qual o evento vem sendo realizado em diferentes aldeias a cada ano e para que todos os Kanamari possam participar.

Antes das seis horas, as lideranças locais se reuniam na casa especialmente construída para o evento, ligavam o aparelho de som e animavam a comunidade. No *malocão* localizado ao fundo da comunidade, a movimentação era grande o tempo inteiro. Ali as mulheres preparavam os alimentos. E era para lá que todos os participantes e convidados eram encaminhados nas horas das refeições.

Nos primeiros dias havia fartura. Peixes, carne, mingau de banana, macaxeira, caldo de cana e outros produtos dos roçados eram servidos sob o canto alegre das mulheres e a atenção do cacique Arabunã e do pajé Raimundo Iwi. Depois, seguia a festa. No campo, no centro da aldeia, partidas de futebol aconteciam a qualquer hora, mesmo debaixo do sol intenso do meio dia.

Entre uma partida e outra, os grupos de trabalho partiam para a mata, atrás de caça, ou para os lagos e igarapés, em busca dos peixes que são fartos nessa época do ano.

À noite, sob o clarão da lua crescente, perto das dez horas, indígenas e convidados eram chamados para o *hai-hai* – um ritual onde todos poderiam beber o *rami* – bebida de ayahuasca e outras ervas, feita pelo marinawa - o curandeiro da aldeia que prepara e usa a bebida para identificar as doenças e curar os enfermos. Após ingestão do *rami*, um breve silêncio seguido de uma cantoria que entrava pela madrugada.

A "guerra" dos isolados é sem dúvida um dos momentos mais esperados do Festival. De um lado os Korubo e do outro os Flecheiros. Na manhã do dia 30, começou uma guerra entre os isolados na aldeia Bananeira, que deixou marcas dos corpos dos guerreiros e guerreiras, mostrando o lado dolorido da brincadeira.

Os Kanamari têm uma tradição de resolver seus problemas internos no momento da "guerra do peixe boi". Quando alguns membros da mesma família e comunidade ou de diferentes comunidades têm rixa ou precisam "acertar contas", eles esperam chegar por esse momento. Ali, cada um pega um chicote feito com couro de anta e desfere várias pancadas no desafeto, que depois tem também sua vez de bater. A encenação é feita o com talo da folha de bananeira para que a dor não seja tão intensa.

No festival deste ano, os Kanamari fizeram uma referência a dois povos que ainda não tem contato, nem com os indígenas nem com a sociedade envolvente. Os Korubo, porém, já são bastante conhecidos pela história de violência que eles sofreram em épocas recentes. Eles vivem em várias comunidades entre os rios Itacoaí, Ituí e Coari. Alguns indivíduos já mantêm presença na base da Frente de Proteção Etnoambienal do Vale do Javari, localizada na confluência dos rios Itacoaí e Ituí, a cerca 60 quilômetros da sede do município de Atalaia do Norte.

## Tem propaganda na aldeia

Em tempos de eleições, é quase inevitável que o pior da política entre nas aldeias; a propaganda eleitoral que, na maioria dos casos, pouco esclarece e educa e interfere no comportamento das comunidades. Na aldeia Bananeira, a propaganda em quase nada ajudou os indígenas, mas deixou um dos rastros da sujeira da política eleitoral: poluição sonora e ambiental.

Candidata à reeleição, a prefeita de Atalaia do Norte, Anete Peres (PSD), chegou em meio ao foguetório programado, por volta das 3 horas, na madrugada do dia 29. Perto das 11 horas, ela foi convidada pelos indígenas a se apresentar. Após apresentação dela e de sua comitiva, vários caciques pediram a palavra e questionaram o fato de não haver obras da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte nas aldeias, como as escolas para ensino fundamental, merenda e material escolar.

"Eu não aceito esse tipo de cobrança! Eu sou a primeira a vir na aldeia de vocês, coisa que nenhum outro prefeito fez. Não vou admitir que me cobrem desse jeito", disse a prefeita aos participantes do Encontro. Em seguida, um dos assessores tomou a palavra para assegurar que as sugestões dos indígenas seriam analisadas "com carinho" quando a prefeita voltasse para a cidade de Atalaia do Norte. ■

***Para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari os participantes do Encontro encaminharam documento solicitando a vigilância permanente até a altura da localidade denominada Volta do Passarinho***

# Mato Preto: comunidade Guarani reivindica terra

A carta é endereçada aos deputados federais que compõem a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Federal. Nela, o relato detalhado da vida de uma comunidade Guarani que vive às margens de uma rodovia estadual no Rio Grande do Sul. O documento revela o desgaste das lonas pretas onde os Guarani moram, a falta de água potável, crianças doentes, falta de alimento e atendimento na área da saúde. Na edição 345 do Porantim (junho-julho deste ano), reportagem especial retratou a vida dos povos que vivem na beira das estradas. Entre elas, a situação de Mato Preto. Leia a carta na íntegra:

Nós, da comunidade indígena Guarani de Mato Preto, cumprimentamos os senhores deputados federais da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Através deste documento viemos relatar aos senhores a situação precária de vida que estamos passando aqui no acampamento.

Estamos acampados há nove anos nas margens da RS-135, junto à linha férrea, na divisa dos municípios de Getúlio Vargas e Erebango. A situação precária que estamos passando é:

1- Falta de moradia, pois os nossos barracos são de lonas pretas, pois não temos as mínimas condições de vivermos com nossas crianças;

2- Falta de saneamento básico, pois não temos sequer lugar adequado para fazer nossas necessidades;

3- Falta de água potável: as nossas crianças sofrem quase que frequentemente com diarreia e vômito por falta de água boa;

4- Às vezes, com a falta de alimentos e também com a falta de atendimento e descaso na saúde.

São os problemas que estamos enfrentando, e a nossa preocupação é com as nossas crianças, pois elas atingem 40% da nossa população no acampamento. Além disso, a nossa grande preocupação com a saúde de nossas crianças é pela quantidade de agrotóxicos espalhada ao redor de nosso acampamento pelos agricultores na época do plantio. Frequentemente sofremos ameaças e agressões verbais pelas pessoas que transitam em veículos pela estrada.

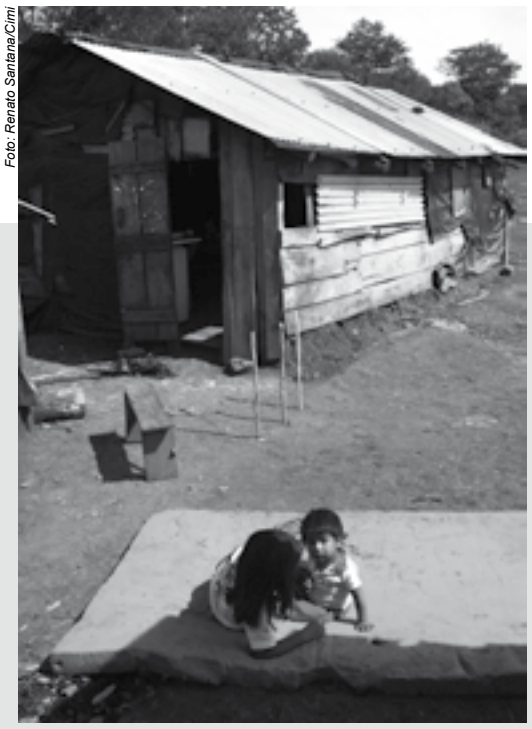
Sabemos que este tipo de descaso que atinge a nossa dignidade e principalmente a nossa crença a nossa cultura Guarani não está acontecendo apenas em Mato Preto; isso ocorre também em outros acampamentos Guarani e também em acampamentos Kaingang, por todo estado. Por isso estamos pedindo encarecidamente que o Governo do Estado reconheça os nossos direitos.

Comunicamos também que em fevereiro deste ano a Funai enviou o relatório de demarcação de nossa terra (Mato Preto) para a mesa do Sr. Ministro da Justiça para ser assinada a Portaria Declaratória, mas a última notícia que ficamos sabendo, através da Funai, é que o Sr. Ministro da Justiça não irá assinar a Portaria Declaratória de nossa terra sem ter a autorização do Sr. Governador Tarso Genro, ou seja, das terras indígenas demarcadas pela Funai que precisa ser assinadas as portarias declaratórias pelo Sr. Ministro da Justiça sem ter autorização do Sr. Governador Tarso Genro não será mais assinada. Essa informação nos deixou muito preocupados, isso mostra que o Governador Tarso Genro não tem a mínima preocupação com a população indígena do Rio Grande do Sul.

Comunicamos a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos que dentro da área demarcada aqui no Mato Preto, 225 hectares o Estado deveria reconhecer como nossa terra, pois é a área que entre 1929 e 1930 o Governo do Estado tinha reservado para os Guarani, mas até hoje o governo não faz a mínima para reconhecer. Ao contrário, o governo luta até judicialmente para não reconhecer a nossa área.

Se o Estado resolvesse esta área de 225 hectares, melhoraria muito a nossa situação, o nosso sofrimento.

Foto: Renato Santana/Cimi



*Acampados há nove anos nas margens da RS-135, junto à linha férrea, na divisa dos municípios de Getúlio Vargas e Erebango. A comunidade é composta por 60 indígenas e luta pela terra de ocupação tradicional*

Até hoje nós estamos aguardando a decisão do governo quanto a essa questão. E também queremos dizer que estamos à disposição para dialogar com o Estado sobre esta área.

Esperamos propostas e cobranças de vocês da Comissão Cidadania e Direitos Humanos junto ao Governo do Estado para que se encontrem soluções no sentido de amenizar o nosso sofrimento, e que nossas crianças não continuem sofrendo e que tenham futuro. A situação no acampamento Mato Preto é muito precária e sofrida. Assim acontece em outros acampamentos no estado. Vivemos uma vida que nenhum ser humano deseja para seus filhos.

Acampamento Indígena Guarani de Mato Preto



# Encontro Unitário: indígenas defendem guerra contra agronegócio

**Ruy Sposati**
*de Brasília*

Sete mil pessoas estiveram reunidas em Brasília, entre os dias 20 e 22 de agosto, para o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Uma delegação de setenta indígenas participou do encontro.

Organizado pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina, e pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Federação de Trabalhadores da Agricultura Familia (Fetraf), o evento discutirá uma agenda unitária das organizações em torno da luta pelo direito à terra.

O encontro tem como referencial histórico o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, durante o governo de João Goulart.

"Nós não aceitamos o modelo de desenvolvimento colocado por esse governo. Um modelo de desenvolvimento que ceifa vidas, que coloca lideranças que lutam por terra na prisão, que assassina o nosso povo. Isso nunca poderá ser chamado de desenvolvimento". Foi com estas palavras que o indígena Lindomar Terena, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan), entrou na discussão sobre análise de conjuntura na tarde de segunda, na abertura do encontro.

Dividindo o painel de debate com dirigentes das principais organizações brasileiras de camponeses e trabalhadores rurais, Lindomar foi taxativo: "O [ex-presidente] Lula disse que os povos indígenas são o grande empecilho para o desenvolvimento desse país. Pra gente ficou claro que o governo optou por ficar ao lado do agronegócio e não da classe trabalhadora. Por isso, vamos à guerra contra o agronegócio".

Ir à guerra é uma tréplica à declaração de guerra do fazendeiro Lenço Preto - uma réplica à declaração de lideranças Guarani Kaiowá, que declararam "guerra contra a morosidade jurídica". E a liderança indígena Guarani Kaiowá Otoniel Ricardo Guarani concorda: "estão construindo progresso de assassinar povo indígena do Brasil".

Em coletiva à imprensa brasileira e estrangeira, Otoniel denunciou os ataques de latifundiários que seu povo vem sofrendo sistematicamente no Mato Grosso do Sul.

"Nós lutamos pelo território e pelo meio ambiente. Não adianta vir aqui bonitinho defender progresso de agronegócio - enquanto isso, a nossa terra, onde está? Antes de ontem um fazendeiro falou que estão se armando contra os indígenas Guarani Kaiowá que estão retomando terra, e que vai comprar arma e contratar mais pistoleiro. Cadê o nosso direito? Cadê a (Convenção)169? O Brasil conhece bem. E conhece a Constituição Federal", cobra Otoniel.

Para o cacique Babau Tupinambá, da Bahia, a Constituição está sob ataque. "Nós lutamos por terra coletiva. Por isso queremos território. Hoje o governo desrespeita, acha que a terra é dele. A terra é protegida por ele, mas não é dele. Os povos indígenas vivem na terra, são donos da terra. A Constituição garante isso. E por isso eles tentam mexer na Constituição, tentam alterar o direito dos povos indígenas de ter suas terras", diz Babau referindo-se à Portaria 303, que permite proibir e revisar demarcações, além de autorizar a implantação de unidades militares, malhas viárias e empreendimentos hidrelétricos e minerais em terras indígenas.

# Violência e resistência no sul do Mato Grosso do Sul

Fotos: MPF/MS

**Renato Santana**
*de Brasília*

"Cansamos de esperar, negociar e reunir com a Funai, o governo federal. Declaramos guerra contra a situação em que se encontram a demarcação e homologação de nossas terras: vamos retomar o que é nosso". A fala é da liderança Guarani Kaiowá Eliseu Lopes e traduz os últimos meses de um permanente conflito, sobretudo na região sul do Mato Grosso do Sul, entre comunidades indígenas e fazendeiros invasores do território tradicional Guarani Kaiowá e Nhandeva.

No último mês, duas áreas foram retomadas no sul do estado: os tekoha Arroio Korá e Potrero Guasu, ambos dentro dos limites do município de Paranhos e até então nas mãos de latifundiários criadores de gado. A decisão pelas retomadas foi do Conselho Aty Guasu, que reúne as lideranças, rezadores e anciãos Guarani e Kaiowá. "Essa decisão não tem volta: se tiver que morrer aqui, a gente morre tudo, mas não sai mais", sentenciou Dionísio Guarani Kaiowá, liderança de Arroio Korá.

Motivos não faltam para justificar a decisão do Aty Guasu. Entre 1991 e este ano, apenas oito terras indígenas foram homologadas para o segundo maior povo indígena brasileiro, que de acordo com o último levantamento do IBGE é composto por 43 mil indivíduos, perdendo apenas para os Tikuna (AM), com 46 mil indígenas. Itamar Franco (1992-1994) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) homologaram cada um três terras indígenas; Fernando Collor outras duas áreas – 66 outras terras aguardam providências do governo federal. Ao passo que entre 1980 e 2012, foram registrados 28 assassinatos de indígenas motivados pela questão fundiária, apenas na região sul.

O sul do Mato Grosso do Sul é a região com a maior concentração dos conflitos gerados pela morosidade do Estado em demarcar e homologar terras de ocupação tradicional. Da população Guarani Kaiowá, no sul vivem 32 mil indígenas, conforme números da Fundação Nacional do Índio (Funai) – localização dos tekoha de Arroio Korá e Potrero Guasu. Estão divididos em 21 terras indígenas e 35 áreas, entre aldeias, reservas e acampamentos. De acordo com o Ministério Público Federal, desde 2000 correm processos referentes a 15 conflitos graves envolvendo indígenas de áreas não demarcadas e fazendeiros. De 1980 até hoje são mais de 100.

Cacique Nísio Gomes, do tekoha Guaivyry, está na lista dos mortos na região sul. O corpo da liderança segue desaparecido depois de ter sido levado por pistoleiros no dia 18 de novembro do ano passado, durante ataque ao acampamento indígena no município de Aral Moreira. As investigações da Polícia Federal chegaram a mais de 20 envolvidos, entre fazendeiros, advogados, jagunços e o dono de uma empresa de segurança privada. Todos foram presos, mas mais da metade já voltou às ruas, caso do presidente do Sindicato Rural de Aral Moreira, Osvin Mittanck.

"Aguardamos já muito tempo pelo governo federal. Não conseguimos mais esperar. São 14, 15, 20 anos. E até mais. Guarani Kaiowá é assim, morre pela terra", declarou o professor Davi Benites. Pelo visto a espera ainda será maior: não há previsão para a apresentação de relatórios de demarcação e publicações de homologação. Com isso, outro movimento nocivo ao povo parte da Justiça: com a indefinição do processo demarcatório, juízes não aguentam a pressão e solicitam a reintegração de posse aos 'proprietários'.

## Retomadas: Arroio Korá

Em Relatório de Identificação da Terra Indígena Arroio Korá, realizado pelo antropólogo Levi Marques Pereira e publicado pela Funai, atesta, em fontes documentais e bibliográficas, a presença dos guarani na região desde o século XVIII. Em 1767, com a instalação do Forte de Iguatemi, os índios começaram a ter contato com os colonizadores, que aos poucos passaram a habitar a região com o objetivo de mantê-la sob a guarda da corte portuguesa. A partir de 1940, fazendeiros ocuparam a área e passaram a pressionar os indígenas para que deixassem suas terras tradicionais.

Os primeiros proprietários adquiriram as terras junto ao Governo do, então, Estado de Mato Grosso e, aos poucos, expulsaram os índios, prática comum naquela época. Contudo, os indígenas de Arroio Korá permaneceram no solo de seus ancestrais, trabalhando como peões em fazendas. Outra parte dos Guarani Kaiowá saiu em caminhada, mas não foram muito longe para se manter perto da terra de ocupação dos antepassados.

No dia 21 de dezembro de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou os sete mil hectares da Terra Indígena Arroio Korá. Quebrando o tradicional recesso do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes, oito dias depois do ato de homologação, embargou 184 hectares da área a pedido dos fazendeiros. "O que perguntamos é: por que o processo ainda está parado e qual a razão da Funai não retirar os invasores de todo o resto da terra que não foi embargada? A guerra que nos declaramos é contra essa morosidade. Não vamos aceitar mais tanta demora em devolver nossas terras", disse Eliseu Guarani Kaiowá.

Sob tal contexto, a retomada foi realizada no último dia 1º de agosto. Cerca de 500 indígenas entraram em duas fazendas instaladas dentro dos 7 mil hectares homologados aos Guarani Kaiowá. Na verdade se tratava de uma única fazenda, porém o invasor de terras da União a fatiou dividindo-a entre os filhos. Logo no início os pistoleiros atacaram os indígenas, que resistiram. Tão logo os atacantes perceberam que estavam em menor número, propuseram um acordo: se os Guarani Kaiowá deixassem a área nada de ruim aconteceria, mas se permanecessem eles voltariam com mais pistoleiros e armas.

"Vieram com tudo depois. Atiraram contra nós durante mais de duas horas. Todo mundo correu e se jogou numa várzea. As balas passavam sobre nossas cabeças", lembra Dionísio Gonçalves, liderança de Arroio Korá. Na correria, porém, uma Guarani Kaiowá de apenas dois anos se feriu e não resistiu: morreu dois dias depois. Outro indígena, Eduardo Pires, foi pego pelos pistoleiros e segue desaparecido. Com a chegada das tropas da Força Nacional, os jagunços fugiram para o Paraguai; cápsulas deflagradas de três tipos de armamentos foram recolhi-

***"A gente já esperou muito, eles estão arrancando nossa madeira que serviria para a construção de nossas casas e o gado está comendo nossa grama. Não temos culpa, o governo precisa tomar uma providência", reitera Eupídeo Guarani Nhandeva***

## LENÇO PRETO E A PORTARIA 303

"Nós estamos esperando até a semana que vem para ver a posição da Justiça, porque aí vamos para o confronto. Guerra é guerra". A declaração é de Luís Carlos da Silva Vieira, vulgo Lenço Preto, fazendeiro de área incidente sobre terra indígena. Entrevistado pela imprensa do Mato Grosso do Sul, ele afirmou: "Se for o caso nós temos estrutura, o Paraguai está aí do lado. Tem arma para vender aí. Porque não tem jeito, só com arma mesmo".

As declarações percorreram o país e junto com as prisões dos envolvidos na morte do cacique Nisio Gomes mostraram ao país a verdadeira face de um setor, o agora chamado agronegócio, que busca construir junto à população uma imagem diferente daquela a qual o latifúndio sempre esteve atrelado: assassinatos e truculência. Lenço Preto afirmou ainda que os indígenas sobreviventes serão atirados aos porcos.

"Não bastasse tudo isso, temos ainda de combater a Portaria 303 da AGU (Advocacia Geral da União). Sabemos que se essa medida entrar em vigor, aí e que não teremos mais nossas terras demarcadas e homologadas mesmo", analisou Eliseu Guarani Kaiowá, também da direção da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib). Publicada no último mês de julho, a Portaria 303 acabou sendo outra motivação para a decisão do Aty Guasu.

De acordo com o despacho do advogado Geral da União, Luiz Inácio Adams, um dos pontos da Portaria 303 prevê que as demarcações e homologações podem ser revistas, além da não necessidade de consulta prévia às comunidades afetadas por grandes empreendimentos considerados essenciais ao país, incluindo a agropecuária.

das em sacos pelos indígenas e entregue para as autoridades policiais.

Na retomada do tekohá Arroio Korá, a ação de jagunços segue. "Pistoleiros continuam atirando aqui contra nós. A Força Nacional vem, mas eles não ficam com medo. Agora nós também não te mos medo e se tiver que morrer aqui, como eu já disse, nós vamos morrer", declara Dionísio.

No último dia 28 de agosto, pistoleiros atacaram a área atirando contra os ocupantes. Não houve feridos, mas a violência imposta pelos jagunços não respeitou ao menos órgãos federais. Durante o ataque dos atiradores, a comunidade indígena estava reunida com o antropólogo do MPF do estado, Marcos Homero. Em nota, o MPF confirmou o ataque e pediu abertura d einquérito para a Polícia Federal. Com o antropólogo estavam representantes da Funai e agentes da Força Nacional.

### Potrero Guasu

Cerca de 500 indígenas Guarani Nhandeva retomaram no último dia 3 de setembro parte dos 4.025 hectares do tekohá (território sagrado) Potrero Guasu, a 10 Km do município de Paranhos. A área está declarada como indígena desde 13 de abril de 2000 e ainda não teve o processo administrativo de demarcação concluído. Desde que foram expulsos de Potrero, há cerca de 40 anos, os indígenas passaram a viver na aldeia Pirajuí – também em Paranhos.

Os indígenas retomaram apenas uma das fazendas instaladas, a Porto Domingos, dentro da terra indígena. Composta, ao todo, por 709 Guarani Nhandeva, a comunidade passou a sofrer constantes ameaças de pistoleiros, sobretudo vindos do outro lado da fronteira. Os pistoleiros foram identificados pelos indígenas como sendo Francisco e Cármelo, a serviço do fazendeiro Luis Bezerra. Francisco, conhecido jagunço da região é paraguaio e abordou os índios a cavalo, efetuando disparo de pistola e ameaçando qualquer índio que atravesse a porteira da fazenda.

"À noite é quando eles vão procurar a gente, mas nós nos escondemos. Não vamos recuar até que a Funai tome alguma providência, não vamos deixar o caso do Nisio Gomes se repetir", afirma a liderança Eupídeo Guarani Nhandeva. Os criminosos contratados pelos fazendeiros chegaram a erguer um acampamento perto da área retomada e só o desfizeram quando dois pistoleiros foram mortos por um comparsa depois de terem se desentendido – bêbados, os dois indivíduos mortos agrediam um cavalo, desagradando o assassino.

"A gente já esperou muito, eles estão arrancando nossa madeira que serviria para a construção de nossas casas e o gado está comendo nossa grama. Não temos culpa, o governo precisa tomar uma providência", reitera Eupídeo Guarani Nhandeva.

Próxima ao tekohá Arroio Korá, terra também retomada no último mês, Potrero Guasu tem a demarcação questionada por colonos e fazendeiros na Justiça, mas com decisão favorável à ocupação pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em São Paulo. "Parte da área inclusive é improdutiva e a área é de ocupação tradicional. Eu nasci nela até que minha família foi expulsa", explica o professor Davi Benites Guarani Kaiowá.

Expulsos a partir de 1938, em razão de projetos de assentamento, no qual o então estado de Mato Grosso passou a doar terras, os índios foram remanejados para a Reserva do Pirajuí, também em Paranhos, embora fosse composta também por indígenas da nação Guarani, não representava suas terras tradicionais. O que infringiu o direito fundamental da comunidade de Potrero Guasu de viver conforme seu modo de vida tradicional e a ocupar a sua terra, com a qual mantém vínculos históricos e culturais.

Davi saiu de Potrero Guasu com a família quando tinha apenas um ano de idade. Hoje, com 43, se diz feliz com o retorno de seu povo ao território: "Os colonos forçaram a gente a sair. Era muita violência, sabe. A gente sempre teve determinado a voltar".

"Devido a morosidade da Funai e a publicação da Portaria 303 que dificulta a demarcação de nossas terras, vamos retomar o que é nosso. Os fazendeiros não possuem vergonha de anunciar perante às câmeras um genocídio aos indígenas, porque o governo é conivente com eles", aponta Eliseu Guarani Kaiowá. ■

# ZEZINHO: semente hoje plantada

**Egon Heck**
*Missionário do Cimi*

Zezinho, como ficou conhecido entre as comunidades Kaiowá Guarani, um discreto, mas ardoroso lutador pelos direitos do seu povo e em especial de sua comunidade, Laranjeira Nhanderú.

Morreu no dia 2 de julho depois de não resistir aos ferimentos de um atropelamento, como tantos outros acontecidos entre os Kaiowá Guarani, na rodovia onde, às margens, esteve acampado com sua comunidade antes da retomada definitiva do território tradicional, o tekoha Laranjeira Nhanderú.

Suas palavras eram sábias e incisivas: "Nós indígenas não lutamos por qualquer terra. Lutamos por nossas terras sagradas, tradicionais. Por isso voltamos às terras de onde fomos expulsos, onde estão enterrados nossos antepassados, onde podemos desenvolver nossa cultura, economia e espiritualidade".

Zezinho, amigo, guerreiro, companheiro...
Passaste pelas nossas vidas, como uma brisa de esperança,
Como uma semente que morre para trazer vida,
Ficarás plantado para sempre em nossos corações
Mas em especial na memória do povo Guarani Kaiowá,
Que amaste e pelo qual lutaste tanto,
E da comunidade de Laranjeira Nhanderu!
Segue guerreiro da paz e da vida,
Teus passos nos acompanharão,
Tua memória nos alentará
Nas duras batalhas pela terra e pelos direitos,
Tua vida ceifada no vigor dos 47 anos
Se perpetuará em tua família, tua comunidade,
Teu povo, teus amigos e aliados,
Na luta pela terra, pela vida, pela paz!

Foto: Egon Heck/Cimi

***"A gente já esperou muito, eles estão arrancando nossa madeira que serviria para a construção de nossas casas e o gado está comendo nossa grama. Não temos culpa, o governo precisa tomar uma providência", reitera Eupídeo Guarani Nhandeva***

**Ouça o Potyrõ**

Todos os **sábados** e **domingos**, às **12h35**,
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.
*A transmissão é para todo o Brasil.* **820 kHz**

**Também estamos on line pelo portal www.a12.com**

# Porquinhos e Canela: a tragédia das invasões de terras indígenas

Foto: Diego Janatã

**Gilderlan Rodrigues da Silva**
*Cimi Regional Maranhão*

Em meio à floresta de árvores retorcidas (característica do cerrado) o Ipê mostra toda beleza em lindas flores; amarela, branca, roxa. Um verdadeiro espetáculo de cores e atração aos olhos de quem tem a felicidade de presenciar. No entanto, essa beleza tem sido o principal atrativo daqueles que devoram a floresta sem preocupação com o futuro.

Tal realidade, que, no momento, o povo Ramkokramekra-Canela, da Terra Indígena Canela, com aproximadamente 125 mil hectares, e o povo Apãniekra-Canela, da Terra Indígena Porquinho, com aproximadamente 301 mil hectares, ambos no município de Barra do Corda e Fernando Falcão, Maranhão, têm constantemente deparado-se com a crescente invasão das áreas de ocupação tradicional.

As comunidades buscam fortalecer as raízes culturais e sociais, com festas tradicionais. Porém, a resistência dos povos Ramkokramekra-Canela e Apãniekra-Canela também está em protestar contra as invasões e a depredação constante de seus territórios.

Mais do que nunca, os Ramkokramekra-Canela e os Apãniekra-Canela necessitam de apoio para continuar se defendendo, pois a situação não é das melhores. Os indígenas continuam vendo suas matas serem devastadas cotidianamente pela ação dos madeireiros que rasgam a floresta para tirar madeira às carvoarias e ferro-gusa. Lucram com a exploração dos recursos naturais essenciais para a vida dos indígenas. Até o presente momento nada foi feito no sentido de coibir a prática.

A situação de devastação dos territórios dos povos Ramkokramekra-Canela e Apãniekra-Canela tem aumentado significativamente e ameaça o Bem Viver da comunidade, que necessita do meio ambiente físico e cultural. Para os povos indígenas Ramkokramekra-Canela e Apãniekra-Canela tudo no território é sagrado, portanto, ver os caminhões saindo de seus territórios carregados com madeira roubada é retirar-lhes a própria possibilidade de sobrevivência e vida.

### Impunidade e ameaças de morte

As lideranças indígenas têm constantemente denunciado os desmatamentos, mas, no entanto, nenhuma ação foi realizada para coibir a ação dos criminosos. Por falta de proteção e má vontade também do governo Dilma Rousseff, por seu órgão indigenista, a Funai, em atender as demandas indígenas de proteção aos territórios, a situação tem se agravado. Os indígenas que denunciam são ameaçados de morte por aqueles que praticam as invasões. Contudo, as ameaças de madeireiros aos indígenas Ramkokramekra-Canela e Apãniekra-Canela não são casos isolados.

As ameaças têm acontecido em todo o Maranhão, a exemplo das seis lideranças indígenas do povo Pykobjê-Gavião, Terra Indígena Governador, município de Amarante, e de lideranças indígenas do povo Tenetehara/Guajajara, da Terra Indígena Araribóia, também na mesma cidade. Nas serrarias e carvoarias situadas em municípios localizados no entorno das terras Canela, os pátios sempre estão cheios de madeira retirada ilegalmente dos territórios.

Contudo, a esperança está presente e os indígenas comprometidos com a preservação de seu território e o futuro das novas gerações têm feito exaustivas reuniões no terreiro das aldeias para resolver o problema. Os mais velhos das comunidades manifestam preocupação com a continuidade da invasão dos territórios. Com a invasão madeireira são destruídos também locais de caça e coleta.

Para os indígenas, operações policiais pontuais não sanarão a sangria de exploração nas terras indígenas, mas a realização de vigilância e proteção permanente dos territórios indígenas, para que seja garantida a sobrevivência das futuras gerações.

Por fim, é necessário que o "homem entenda que ele pertence à terra, e o que fere a terra, fere também os filhos da terra. Não sendo o homem quem teceu a teia da vida, mas ele é apenas um de seus fios. O que quer faça com essa teia fará a si mesmo" (trecho da carta do cacique Seattle, 1854). ■

***Os Ramkokramekra-Canela e os Apãniekra-Canela necessitam de apoio para continuar se defendendo, pois a situação não é das melhores. Os indígenas continuam vendo suas matas serem devastadas cotidianamente pela ação dos madeireiros que rasgam a floresta para tirar madeira às carvoarias e ferro-gusa***

## Educação Awá-Guajá: experiência retratada na 64ª reunião da SBPC

**Madalena Borges**
*Cimi Regional Maranhão*

Por ocasião da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre os últimos dias 22 e 27 de julho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, que teve como tema *Ciências, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza*, a experiência educacional construída junto aos Awá-Guajá foi selecionada pela organização do encontro.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Maranhão desenvolve há mais de uma década trabalho de educação e formação com os Awá-Guajá, nas aldeias Awá e Tiracambu, na Terra Indígena Caru, município de Bom Jardim, Maranhão. A proposta foi idealizada pelo padre Carlo Ubbiali, atuante junto aos povos indígenas do estado.

Este ano a experiência completou 12 anos, que vieram se somar aos 40 anos de existência do Cimi em sua luta e defesa pela vida e pelos direitos dos povos indígenas. O projeto é uma contribuição para uma Escola Indígena com a cara dos povos indígenas brasileiros valorizando os saberes e pedagogias desses povos.

O projeto teve o resumo da experiência submetido à Coordenação: foi selecionado dentre os inscritos na categoria Experiências e/ou Práticas de Ensino-Aprendizagem para apresentação em forma de pôster durante a reunião.

A SBPC trouxe para a discussão os ecossistemas brasileiros, a biodiversidade e sócio-diversidade, representados por diferentes populações ribeirinhas, quilombolas, quebradeiras de coco, indígenas - povos com diferentes culturas e saberes tradicionais.

Assine o PORANTIM EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
**adm.porantim@cimi.org.br**

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO
Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
**– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!**
**– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.**
**– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.**

P R E Ç O S

Ass. anual: **R$ 60,00** | Ass. dois anos: **R$ 100,00** | *Ass. de apoio: **R$ 80,00** | América Latina: **US$ 50,00** | Outros países: **US$ 70,00**

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

# Zabelê Pataxó partiu, mas a luta pela terra permanece

**Haroldo Heleno**
*Cimi Regional Leste – Equipe Itabuna (BA)*

Carregada pelo fim da tarde do último dia 4 de julho partiu para o mundo dos encantos Luciana Ferreira, conhecida carinhosamente por Zabelê Pataxó. Anciã, era uma das mais importantes personalidades da história contemporânea dos índios Pataxó. Faleceu em Cumuruxatiba, distrito do município do Prado, no extremo sul da Bahia.

Zabelê era moradora da Aldeia Tiba, mas nasceu no Monte Pascoal há 79 anos. Sofreu muito, principalmente no conflito conhecido como Massacre de 51, onde presenciou a tortura e o assassinato de seus pais. A experiência de vida de Dona Zabelê em muito contribuiu para a luta de seu povo, bem como para a formação de diversos grupos na região, entre eles o grupo Atxôhã de pesquisa da língua e história Pataxó.

Juari Pataxó, um dos membros do Atxôhã, assim a descreveu: "Mulher sábia de um ensinamento incomparável e tão simples, de um coração grande que conquistava todos. Mulher que deixou uma historia de sofrimento, superação, coragem e luta e que conseguiu vencer e passar para seus filhos, netos e sobrinhos o verdadeiro respeito pela cultura Pataxó".

Para o indígena, os ensinamentos de Zabelê foram ouvidos por professores, universitários, antropólogos, médicos, estudantes e que vai ser passado de geração para geração. "Ficamos muitos tristes, mas Deus faz o destino do homem e sabemos que está em um belo lugar. Tia Luciana (Zabelê): nunca a esqueceremos e sempre ela estará em nossos corações", disse.

Pela sua importância como mulher guerreira e como liderança do povo Pataxó, no dia 30 de junho de 2006, Zabelê foi homenageada na entrega do Prêmio Zeferina, promovido pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb), no encerramento do mês de comemorações às mulheres, através do Centro de Estudos das Populações Afro-indígenas Americanas (Cepaia). Onze mulheres foram homenageadas, vivas e algumas já falecidas, que são referências nas suas atividades e áreas de trabalho.

Foto: Cimi Regional Leste - Equipe Itabuna

A premiação é também uma forma de prestar homenagem àquelas mulheres que se tornaram personagens históricos na luta pelo respeito à cidadania e à dignidade, marcando consideravelmente as comunidades às quais fizeram parte. A solenidade marcava o encerramento do seminário Mulheres de Ontem, Hoje e Sempre - Desafios e Perspectivas Contemporâneas. O Cepaia fez uma justa homenagem a esta valente e dócil guerreira.

No trabalho do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na região sul da Bahia, Zabelê sempre foi e sempre será uma referência de resistência e ternura, nos lembrando as palavras de Che: "Há que endurecer, mas sem jamais perder a ternura". Esta é a imagem que tenho desta figura tão frágil na aparência física e tão forte na determinação e na luta pela garantia dos diretos de seu povo.

Cabe agora aos Pataxó a luta para concretizar o sonho de Zabelê, que partiu sem o ver totalmente realizado: a reconquista e garantia do território. E também como ela sempre cobrava: "Vamos usar o tupsai e mostrarmos nossa cultura, e não termos vergonha de sermos índios". ■

# Indígena Kaxarari é assassinado em Rondônia

**Frei Volmir Bovaresco**
*Cimi Regional Rondônia*

O indígena João Oliveira da Silva Kaxarari foi assassinado na noite do último do último dia 26 de agosto no ramal da estrada Mendes Júnior, que dá acesso ao município de Lábrea, sul do Amazonas.

Segundo das lideranças indígenas Ari e Zezinho Kaxarari, João Oliveira já tinha comunicado que vinha sofrendo ameaças por parte dos invasores da Terra Indígena Kaxarari. Ainda ano passado, outro indígena, Mário Kaxarari, líder da aldeia Marmelinho, sofreu ataque e foi assassinado no ramal do Jacaré, na região de Extrema.

Os territórios indígenas ficam vulneráveis às investidas dos invasores e os conflitos decorrentes da luta pela terra se agravam. Uma vez mais invasões nos territórios indígenas provocam conflitos e assassinatos. Madeireiros, fazendeiros e grileiros de toda sorte adentram ilegalmente os territórios para retirar madeira e outros recursos naturais. Ao defenderem suas terras, o que o governo federal não faz, os indígenas ficam expostos às violências.

O povo Kaxarari vive no município de Lábrea, estado do Amazonas, e em Extrema, Rondônia. Encontram-se distribuídos em várias aldeias e somam uma população de aproximadamente 400 indivíduos. A Terra Indígena Kaxarari possui uma extensão de 143.441 hectares.

A demarcação do território ocorreu em 1987, quando foi excluída uma parte importante do território tradicional. No ano passado e depois de anos luta, o povo Kaxarari conseguiu, em processo movido pelo Ministério Publico Federal, a correção dos limites e recuperação do território tradicional Kaxarari.

Esta conquista vem sendo motivo de constantes ameaças, que pesam sobre o povo. Nos últimos meses, os Kaxarari sofrem violentas investidas por partes de grupos contrários a tal medida judicial. Nas aldeias vive-se um clima de medo e insegurança.

Até quando os povos indígenas continuarão sendo vítimas da violência? Até quando vai perdurar a impunidade? Nossa solidariedade ao povo Kaxarari neste momento de dor e perda. Mais sangue indígena será derramado na terra que por direito pertence a esses povos. Enquanto os direitos não forem respeitados, a luta continua. ■

Resenha

# TERRA À VISTA – DESCOBRIMENTO OU INVASÃO?

**Leda Bosi**
*Setor de Documentação - Cimi*

O livro, destinado a alunos do ensino fundamental, procura retomar o episódio da chegada dos portugueses aos Brasil. A narrativa se baseia na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. Nesse documento, ele dá detalhes de como chegaram à nova terra e como foi o primeiro contato com seus moradores. Nos textos dos vários capítulos o autor procura sempre dar voz aos índios, as reações que tiveram nesse primeiro contato.

Essa nova versão, com projeto gráfico renovado e ilustrações atualizadas, é enriquecida com vários ao mostrar o dia a dia dos povos indígenas; alimentos, objetos de uso diário, enfeites, instrumentos musicais, de trabalho, o significado de várias palavras. À medida que a história se desenrola, o autor vai mostrando o duplo sentimento que tomou conta dos indígenas: o de admiração, diante do *maravilhoso* trazido pelos europeus, vistos como enviados de Deus, e o da desconfiança diante do desconhecido.

Benedito Prezia*
Ilustrações: Artur Fujita
São Paulo: Moderna, 3ª.ed., 63p.
Coleção Viramundo

Com o tempo, aquela desconfiança se concretizou em tragédia, fruto da escravidão e das doenças trazidos pelos novos senhores. Os portugueses deixaram de ser chamados de Caraíbas e passaram a ser chamados de Peró, que significa amargo, ruim.

De forma ficcional e didática, a história deste livro revive as emoções do primeiro encontro entre os portugueses e o povo Tupiniquim. Encontro esse que mudou a história dessa parte do continente, chamada mais tarde de Brasil. ■

**Com mestrado em linguística pela USP, colabora com o jornal Porantim e é responsável pela História Indígena no Curso de Formação Básica do Cimi. É autor de vários livros paradidáticos e publicou, entre outros, "Virando gente grande – Rituais indígenas de passagem", Editora Moderna.*

# OS TUPINIKIM RESISTEM NO ESPÍRITO SANTO

**Benedito Prezia**
*Historiador*

Não sem razão afirmou um historiador brasileiro que nosso país "concedido a léguas, foi conquistado a polegadas".

A partir da implantação das capitanias hereditárias, os conflitos estouraram ao longo do litoral, onde estavam os núcleos dos conquistadores portugueses. Na história oficial se fala muito nos esforços da conquista em implantar os engenhos de açúcar e pouco nas lutas de resistência indígena frente ao invasor.

Como vimos anteriormente (*Porantim,* maio de 2007, p. 16), a capitania do Espírito Santo quase foi arrasada, em 1536, por uma grande rebelião indígena que destruiu não só a vila do Espírito Santo, como também os engenhos do entorno, resultando na morte dos dois sócios do donatário, Vasco Fernandes Coutinho, que havia partido para Portugal, em busca de recursos. No seu regresso, pouca coisa encontrara de pé.

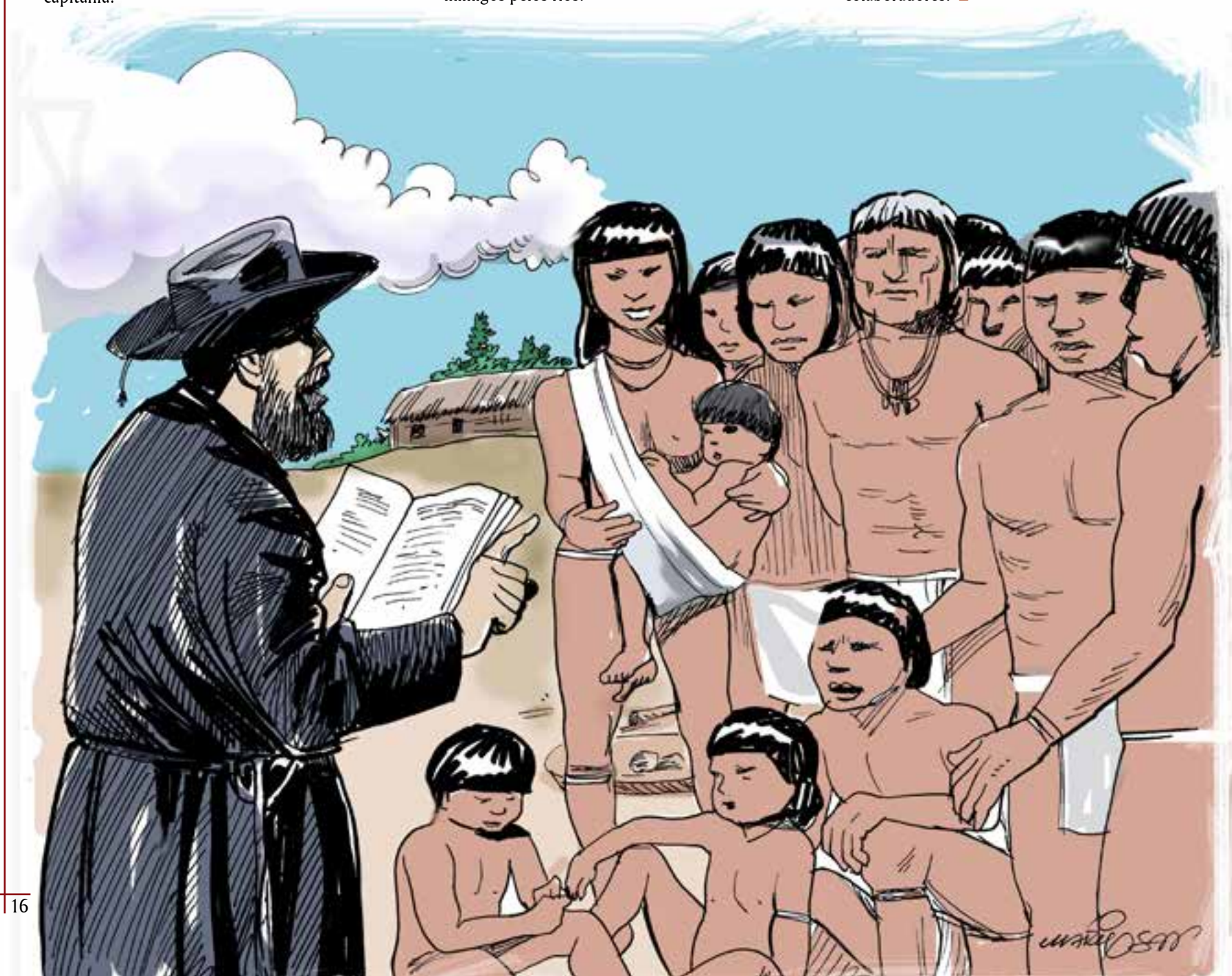
Anos mais tarde, em 1557, uma nova tentativa de colonização foi ameaçada pelos Tupinikim rebelados do Cricaré, hoje rio São Mateus, ao norte da capitania.

Sem ter como enfrentá-los, o donatário pediu ajuda ao governador geral da Bahia, Mem de Sá. Como na época o corpo militar era formado por moradores, foi feita uma convocação geral, que reuniu um batalhão, que partiu numa pequena esquadra de cinco navios, comandada por seu próprio filho, Fernão de Sá.

A armada fez uma escala em Porto Seguro para receber mais ajuda. A resposta foi positiva e o novo reforço teve o apoio de Diogo Álvares, o famoso Caramuru, que para lá se mudara havia alguns anos. Distantes estavam os dias em que Caramuru era tido como o genro mais famoso do cacique de Itapagipe, aldeia da região de Salvador. Agora tinha fazenda e se interessava pela captura de escravos indígenas. Por isso é possível pensar que sua adesão à esquadra do filho do governador tivesse também interesses escravistas. Além de homens, dois caravelões uniram-se à esquadra.

Chegando à barra do Cricaré, perceberam que os grupos rebelados encontravam-se mais no interior. Os caravelões, por serem embarcações menores, puderam subir o rio. O cronista Frei Vicente do Salvador afirma que levaram quatro dias até dar com as aldeias fortificadas, certamente devido às "tranqueiras", que eram obstáculos feitos com troncos de árvores, técnica usada pelos Tupi para impedir a locomoção de inimigos pelos rios.

A aldeia principal foi atacada pelos canhões que cuspiam fogo a partir dos navios, matando muitos indígenas. Acreditando-se vitoriosos, deixaram descoberta a retaguarda. Nem imaginavam que do interior pudesse vir centenas de guerreiros que cercaram os atacantes, provocando um pânico geral. Com a maré baixa, o socorro dos navios ficara mais difícil e os portugueses tiveram que enfrentar uma luta corpo a corpo. Os tiros que vinham dos canhões agora atingiam não apenas os indígenas como também os portugueses, que ali estavam misturados, deixando muitos feridos e mortos de ambos os lados. A nado e em jangadas improvisadas, alguns portugueses, como Caramuru, conseguiram chegar até os caravelões. Os que ficaram em terra, como Fernão de Sá, foram mortos e sacrificados. O local do combate, que a tradição guardou o nome de Maririque, deve ser seguramente a atual Mariricu.

Os sobreviventes que alcançaram os navios partiram para o Espírito Santo para se refazerem e de lá retornaram à Bahia.

Ao saber da notícia da morte do filho, abalado, o governador se recusou a receber os membros da fracassada expedição. Muitos anos depois, e com o trabalho dos jesuítas, os Tupinkim do Espírito Santo se reconciliaram com os portugueses, tornando seus colaboradores. ■